



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 006 – TERÇA-FEIRA, 27 DE JANEIRO DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p>2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p>3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p>4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p>Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Sihelessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT-14, PTB-3, PSB-3, PL-3)</p> <p>LÍDER Tião Viana - PT</p> <p>Vice-Líderes Roberto Saturnino-PT Ana Júlia Carepa-PT Flávio Arns-PT Ideli Salvatti-PT</p> <p>LÍDER - PL Magno Malta</p> <p>VICE-LÍDER - PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER – PSB - 3 Antonio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER – PSB Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>Líder – PTB - 3 Fernando Bezerra</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB - 22</p> <p>LÍDER Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28 PFL –17 / PSDB - 11</p> <p>LÍDER Efraim Morais - PFL</p> <p>Vice-Líderes Tasso Jereissati-PSDB Césas Borges-PFL Eduardo Azeredo-PSDB Rodolpho Tourinho-PFL</p> <p>LÍDER – PFL José Agripino</p> <p>Vice-Líderes – PFL Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro</p> <p>LIDER – PSDB Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes – PSDB Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p>	<p>LIDERANÇA DO PDT – 5</p> <p>LÍDER Jefferson Péres</p> <p>Vice-Líder Almeida Lima</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 2</p> <p>LÍDER Mozarildo Cavalcanti</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>LÍDER Aloísio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra-PTB Patrícia Saboya Gomes-PPS Hélio Costa-PMDB Marcelo Crivella-PL</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Sérgio Castro Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 6ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 26 DE JANEIRO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Arquivamento das Indicações nºs 1, de 1999, e 2 de 2003..... 01303

Arquivamento da Indicação nº 7, de 2002. .. 01303

1.2.2 – Mensagem do Presidente da República

Nº 19, de 2004 (nº 33/04, na origem), comunicando que se ausentará do País no período de 24 a 31 de janeiro de 2004, a fim de realizar Visita de Estado à Índia, e participar, em Genebra, Suíça, de Seminário sobre Investimentos no Brasil e de reunião de trabalho com o Presidente da França e o Secretário-Geral da ONU. 01303

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Autuação do Aviso nº 1, de 2004-CN (nº 3.124-SGS-TCU/2003, na origem), por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que encaminha ao Congresso Nacional cópia dos Acórdãos nºs 1.879 e 1.746, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à execução do acompanhamento das 40 (quarenta) obras e de levantamentos de auditoria necessários à validação da novel metodologia de fiscalização de obras (TC nº 005.530/2003-4), e auditoria realizada nas obras de construção das Barragens de Piaus e Taquara, localizadas, respectivamente, nos estados do Piauí e Ceará (TC nº 015.183/2003-0). 01303

Encaminhamento da Medida Provisória nº 162, de 2004, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, após o término do prazo para recebimento de emendas e estabelecimento de calendário para sua tramitação..... 01304

Recebimento do Ofício nº 1, de 2004-CN (nº 18/GP-2004 na origem), do Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, no exercício da Presidência, encaminhando ao Congresso

Nacional o Relatório de Gestão Fiscal – instituído pela Lei Complementar nº 101, art. 54, inciso III – referente ao terceiro quadrimestre de 2003. 01304

1.2.4 – Ofícios

Nºs 20 a 27; 32 a 41/2004, da Liderança do Bloco PL/PSL na Câmara dos Deputados, de substituições de membros nas Comissões Mista, destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 143 a 160, de 2003, respectivamente. 01304

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR ALMEIDA LIMA – Calamidade pública no Estado de Sergipe, em virtude das fortes chuvas que atingiram aquele Estado. 01308

SENADOR PAPALÉO PAES – Defesa da aprovação de projeto de lei, de autoria do Senador José Sarney, que concede benefícios fiscais à área de livre comércio do Amapá e Santana. Louvor à atuação do Senador Eurípedes Camargo. 01311

SENADOR VALDIR RAUPP – Congratulações ao Senador Amir Lando, alçado à função de Ministro da Previdência Social. 01312

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES, como Líder – Solidariedade às populações do Nordeste atingidas pelas últimas enchentes. 01314

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Importância da aprovação do Estatuto do Idoso, destacando a demanda por geriatras em todo território nacional. 01315

SENADOR SIBÁ MACHADO – Considerações sobre a reforma política. Cumprimentos ao Senador Eurípedes Camargo pela sua atuação no Senado Federal. 01316

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Destaque para a brilhante e digna passagem do Senador Eurípedes Camargo pelo Senado Federal. 01319

SENADOR PAULO PAIM – Homenagens ao Senador Eurípedes Camargo. A importância da política de cotas, adotadas por diversas universidades brasileiras. 01319

SENADOR **EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Reconhecimento da competência do Sr. Cristovam Buarque, durante sua passagem pela pasta da Educação. Preocupação com o não cumprimento, por parte do novo Ministro da Educação, Sr. Tasso Genro, de propostas aventadas pelo Sr. Cristovam em benefício do Estado do Tocantins. 01325

1.2.6 – Comunicação

Do Senador Amir Lando, referente a seu afastamento do exercício do mandato de Senador da República, pelo Estado de Rondônia, a partir desta data, a fim de, assumir o cargo de Ministro de Estado da Previdência. 01328

1.2.7 – Leitura de requerimento

Nº 21, de 2004, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando ao Ministro de Defesa às informações que menciona. 01331

1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR **GERALDO MESQUITA JÚNIOR** – Necessidade de instalação de equipamento de pouso por instrumentos no aeroporto de Rio Branco/AC. Preocupação com a qualidade dos serviços de telefonia celular no Acre. 01331

SENADOR **JOÃO CAPIBERIBE** – Preocupação com o surto da dengue que assola o Estado do Amapá, e a falta de providências do Ministério da Saúde. 01333

SENADORA **SERYS SLHESSARENKO** – Cobranças de revisão do Confins, conforme acordo feito, no final de 2003, para a votação do projeto. Necessidade de reforma e conservação das rodovias do Estado de Mato Grosso, em particular as BRs 158 e 364. A questão da violência doméstica. 01335

1.2.9 – Prestação do compromisso regimental e posse do Sr. Mário Calixto Filho (Suplente convocado da representação do Estado do Rondônia) 01335

1.2.10 – Comunicação

Do Senador Mário Calixto, referente a sua filiação partidária e nome parlamentar. À publicação. 01339

1.2.11 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR **MÃO SANTA** – Homenagem à pessoa do Senador Eurípedes Camargo. Avanço na qualidade da educação no Brasil. Preocupação com as enchentes que assolam o estado do Piauí. 01340

SENADOR **IDELI SALVATI** – Homenagem de pesar pelo falecimento dos jornalistas catari-

nenses Miro e Aldírio Simões. Considerações sobre o aumento de recursos liberados para o programa de agricultura familiar. 01342

1.2.12 – Leitura de requerimento

Nº 22, de 2004, de autoria do Senador Aelton Freitas, solicitando Voto de Congratulações ao Grupo Empresarial Brasileiro ALGAR, com Sede em Uberlândia-MG, à qual pertence à Companhia Brasileira de Telecomunicações do Brasil Central – CTBC. 01344

1.2.13 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR **VALMIR AMARAL** – Importância de apoio do governo às pesquisas e aos projetos voltados para o incremento e a melhoria da produção de combustíveis biológicos no País, em especial, o Dendiesel, derivado do dendê. 01345

1.2.14 – Comunicação da Presidência

Lembrando a realização de sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, com Ordem do Dia anteriormente designada. 01348

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – TERMOS DE REUNIÕES

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 70 a 88, de 2004 01351

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 6ª Sessão Não Deliberativa em 26 de janeiro de 2004

3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, da Sra. Serys Slhessarenko e dos Srs. Mão Santa e Juvêncio da Fonseca

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que, tendo cumprido seus objetivos, determinou o arquivamento das **Indicações nºs 1, de 1999, e 2, de 2003**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que determinou o arquivamento da **Indicação nº 7, de 2002**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, mensagem do Senhor Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 19, DE 2004 (Nº 33/2004, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País no período de 24 a 31 de janeiro de 2004, a fim de realizar Visita de Estado à Índia, e participar, em Genebra, Suíça, de seminário sobre investimentos no Brasil e de reunião de trabalho com o Presidente da França e o Secretário-Geral da ONU.

2. A visita à Índia, que realizarei a convite do Presidente Abdul Kalan, na qualidade de convidado de honra para as cerimônias do Dia da República da Índia (26-1), inscreve-se na política do Governo brasileiro de crescente aproximação com aquele país e permitirá o adensamento da relação bilateral e dos mecanismos de cooperação.

3. A ida a Genebra, Suíça, compreenderá minha participação, no dia 29, em seminário sobre investimentos no Brasil, organizado em conjunto com a Unctad e, no dia 30, de encontro de trabalho com o Presidente Jacques Chirac e o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, para trocar idéias sobre o combate à fome e à pobreza em escala global.

Brasília, 22 de janeiro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 67 – Supar/C.Civil

Brasília, 22 de janeiro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Viagem Presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 24 a 31 de janeiro de 2004, a fim de realizar Visita de Estado à Índia, e participar, em Genebra, Suíça, de seminário sobre investimentos no Brasil e de reunião de trabalho com o presidente da França e o secretário-geral da ONU.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A mensagem lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que foi autuado, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o seguinte aviso:

Aviso nº 1, de 2004-CN (nº 3.124-SGS-TCU/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia dos Acórdãos nºs 1.879 e 1.746, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à execução do acompanhamento das 40 9quarenta) obras e de levantamentos de auditoria necessários à validação da novel metodologia de fiscalização de obras (TC nº 005.530/2003-4), e auditoria realizada nas obras de construção das barragens de Pia-

us e Taquara, localizadas, respectivamente, nos Estados do Piauí e Ceará (TC nº 015.183/2003-0).

O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que a **Medida Provisória nº 162, de 2004**, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 3.400.000.000,00, para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, após o término do prazo para recebimento de emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV Nº 162	
Publicação no DO	23-1-2004
Emendas	Até 29-1-2004 (7º dia da publicação)
Prazo final Comissão	23-1 a 5-2-2004 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	5-2-2004
Prazo na CD	de 6-2-2004 a 20-2-2004 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	20-2-2004
Prazo no SF	21-2 a 5-3-2004 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	5-3-2004
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	6-3 a 8-3-2004 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	9-3-2004 (46º dia)
Prazo final no Congresso	23-3-2004 (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 1, de 2004-CN** (nº 18/GP-2004, na origem), do Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim, no exercício da Presidência, encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal – instituído pela Lei Complementar nº 101, art. 54, inciso III – referente ao terceiro quadrimestre de 2003.

O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 20/04-BLP

Brasília, 20 de janeiro de 2004

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Humberto Michiles

(PL/AM), na qualidade de titular, e Paulo Marinho (PL/MA), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 143, de 2003, que “Extingue o Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação – CFGE, altera dispositivos da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 21/04-BLP

Brasília, 20 de janeiro de 2004

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Sandro Mabel (PL/GO), na qualidade de titular, e João Caldas (PL/AL), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 144, de 2003, que “Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 022/04-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica os Deputados João Caldas (PL/AL), na qualidade de titular, e Sandro Mabel (PL/GO), como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 145, de 2003, que “Autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 023/04-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exa que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Carlos Mota (PL/MG), na qualidade de titular, e Ricardo Rique (PU/PB), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 146, de 2003, que “Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social, e dá outras providências.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valde-mar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 24/04-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Humberto Michiles (PL – AM), na qualidade de titular, e Carlos Souza (PL – AM), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 147, de 2003, que “institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior e dispõe sobre a avaliação do ensino superior”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valde-mar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 25/04-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Amauri Robledo Gasques (PL – SP), na qualidade de titular, e Milton Monti (PL – SP), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 148, de 2003, que “atribui competências à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e fixa as diretrizes a serem observadas na definição de normas para implantação de programas especiais de incentivo à adaptação de contratos anteriores à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valde-mar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 26/04-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Marcos de Jesus (PL/PE), na qualidade de titular, e Lincoln Portela (PL/MG), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 149, de 2003, que “Autoriza o Poder Executivo a doar à República da Bolívia vacinas contra a febre aftosa.”

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valde-mar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 27/04-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Almir Moura (PL/RJ), na qualidade de titular, e João Tota (PL/AC), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 150, de 2003, que “Altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que institui o Programa de Arrendamento Residencial e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valde-mar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 32/04-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Exmº Sr.

Senador José Sarney

Presidente do Congresso Nacional

Nesta

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Pedro Irujo (PL – BA),

na qualidade de titular, e Raimundo Santos (PL – PA), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 151, de 2003, que “dispõe sobre a criação do Instituto Nacional do Semi-Árido – INSA, unidade de pesquisa integrante da estrutura básica do Ministério da Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valde-
mar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 33/04-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Exmº Sr.
Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Almir Moura (PU – RJ), na qualidade de titular, e Ricardo Rique (PU – PB), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 152, de 2003, que “altera o art. 47 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valde-
mar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. Nº 34/04-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Exmº Sr.
Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Paulo Marinho (PL/MA), na qualidade de titular, e Milton Monti (PL/SP), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 153, de 2003, que “institui a Taxa de

Avaliação **in loco** das instituições de educação superior e das condições de ensino dos cursos de graduação e dá outras providências.”

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valde-
mar Costa Neto**, Líder do PL/PSL.

Of. Nº 35/04-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Exmº Sr.
Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Amauri Robledo Gasques (PL/SP), na qualidade de titular, e Carlos Mota (PL/MG), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 154, de 2003, que “autoriza a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências.”

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valde-
mar Costa Neto**, Líder do PL/PSL.

Of. nº 36/04-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Welinton Fagundes (PL/MT), na qualidade de titular, e Luciano Castro (PL/RR), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 155, de 2003, que “dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valde-
mar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 37/04-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Marcos de Jesus (PL/PE), na qualidade de titular, e José Santana de Vasconcellos (PL/MG), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 156, de 2003, que “altera o **caput** do art. 1º da Lei nº 10.429, de 24 de abril de 2002, que institui o Auxílio-Aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem - PROFAE.”

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valde-mar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. Nº 38/4-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Exmº Sr.

Senador José Sarney

Presidente do Congresso Nacional

Nesta

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Coronel Alves (PL/AP), na qualidade de titular, e João Tota (PL/AC), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 157, de 2003, que” altera o inciso IV do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm e define crimes.”

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valde-mar Costa Neto**, Líder do PL/PSL.

Of. Nº 39/4-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Exmº Sr.

Senador José Sarney

Presidente do Congresso Nacional

Nesta

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Ricardo Rique (PL/PB), na qualidade de titular, e Luciano Castro

(PL/RR), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 158, de 2003, que “dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência- ABIN, e dá outras providências.”

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valde-mar costa Neto**, Líder do PL/PSL.

Of. nº 40/04-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Exmº Sr.

Senador José Sarney

Presidente do Congresso Nacional

Nesta

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Welinton Fagundes (PL/MT), na qualidade de titular, e João Leão (PL/BA), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 159, de 2003, que “autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica à Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE.”

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valde-mar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 41/04-BLP

Brasília, 21 de janeiro de 2004

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Humberto Michiles (PL/AM), na qualidade de titular, e Ricardo Rique (PL/PB), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 160, de 2003, que “dispõe sobre a instituição de Gratificação Temporária para os servidores Técnico-Administrativos e Técnico-Marítimos das Instituições Federais de Ensino, e dá outras providências.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valde-mar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Há oradores inscritos.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação importante de caráter inadiável.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pela ordem.) – Da mesma forma, Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Este Senador também está inscrito.

A palavra será concedida para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno, aos três oradores, intercalados com aqueles que estão inscritos.

Passamos, de imediato, à concessão da palavra aos oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Com a palavra o Senador Almeida Lima, por cessão do Senador Augusto Botelho.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na última semana, precisamente na quarta-feira, ocupei a tribuna desta Casa para registrar o estado de calamidade pública em que se encontra Sergipe, decorrente das fortes chuvas que atingiram especificamente o semi-árido, sobretudo os Municípios de Poço Redondo, Monte Alegre de Sergipe, Porto da Folha, Canindé de São Francisco, Nossa Senhora da Glória, Gararu e outros.

Naquela oportunidade, fiz um apelo dramático ao Governo Federal no sentido de que efetivasse o apoio necessário para diminuir o sofrimento daquela gente que, em um ano, é atingida pela seca, em outro, pelas chuvas. Como foi dito, em aproximadamente 10 dias, choveu em torno de 520mm. Normalmente a precipitação pluviométrica é de 70mm por ano.

No mesmo dia, pleiteei uma audiência com o Ministro Ciro Gomes, da Integração Nacional. S. Ex^a não pôde me receber. Então fui ao Ministério e proto-

colizei um ofício no qual relatava os fatos que me trouxeram a esta tribuna naquela tarde e mostrava a importância da visita de S. Ex^a àquele Estado, para sobrevoar a área atingida e, de forma mais efetiva, mais abalizada, liberar os recursos necessários ao atendimento daquela população.

No último final de semana, não ia a Sergipe, pois tinha compromisso em outro Estado, mas, diante da calamidade, cancelei tudo e, na sexta-feira, para lá me dirigi, como era minha obrigação, e mantive contato com o Governador João Alves. No dia seguinte, logo cedo, integrei a caravana do Governador, a qual –vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores –, teve necessidade de ir ao sertão sergipano de helicóptero, porque via terrestre isso se tornou inviável. Os Municípios a que me referi estavam completamente isolados. Estradas e pontes foram danificadas, destruídas, impedindo esse tráfego.

Ao sobrevoar a área, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a partir do Município de Nossa Senhora da Glória, recordei-me de uma paisagem que vi nos idos de 1976, quando, como estudante de Direito, participei de um Projeto Rondon, na cidade de Miranda, no Mato Grosso do Sul: vi o Pantanal no semi-árido sergipano e, embaixo, a destruição. Estivemos no Município de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Porto da Folha com os Prefeitos, as Lideranças locais, a comunidade e o Governador João Alves Filho, que ali determinava, decidia *in loco*, enfim, tomava providências. Aqui registro minhas homenagens ao Governador pela presteza, pela rapidez, pela celeridade, pelo jeito humano, administrador, executivo, com que tomou as providências para diminuir o sofrimento daquela gente que S. Ex^a, assim como eu, tanto admira e de que tanto gosta. S. Ex^a tomou inúmeras providências: distribuição de agasalhos, alimentos, medicamentos, transporte de helicóptero para levar a Aracaju e a outros centros pessoas acidentadas, que careciam de tratamento médico urgente.

Saí de lá impressionado com a situação e, por outro lado, desesperado. Embora este não seja o momento, a indignação me leva a dizer que aqui se instalou não a República Federativa do Brasil, mas a República do Partido dos Trabalhadores, como se república deixasse de ser **res**, a coisa pública, para ser a coisa de um partido. Tive informações da ausência completa do Governo Federal. Perdoe-me o Governador, que é do Partido da Frente Liberal – S. Ex^a não me autorizou a falar em seu nome e também não lhe pedi autorização para isso –, mas tomei conhecimento de que, desde o domingo retrasado, o Governador tem ligado para o Ministério da Integração Nacional

para manter um contato com o Ministro Ciro Gomes, com o qual, como já disse, tentei uma audiência. Até o último domingo, após oito dias, o Governo do Estado de Sergipe não havia recebido sequer um telefonema do Ministro, muito menos sua visita, como eu imaginava. Isso é um desrespeito ao Governo do Estado. Trata-se da quebra do princípio federativo. Em uma República Federativa, nos Estados há Governadores, sejam de que Partidos forem, devidamente constituídos pelo povo. No caso de Sergipe, uma parcela da Nação brasileira está agonizando, sofrendo, precisando da ajuda efetiva do Poder Central, que se faz ausente.

O Ministro Ciro Gomes, um nordestino como nós, sergipanos, a exemplo do próprio Presidente da República, não deu a menor atenção ao problema. Meu gabinete não recebeu resposta à correspondência que entreguei pessoalmente. Estamos diante de um caso de calamidade pública, que carece de presteza, de celeridade, de rapidez nas ações. A defesa civil federal, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, está ausente. Em Sergipe, o Programa Fome Zero tem inúmeras cestas no 28º Batalhão de Caçadores, um batalhão do Exército brasileiro. Pois bem, enquanto o Governador tentava liberar as cestas, a representante local dizia que aquela não era a filosofia do Fome Zero e o sertanejo sergipano estava passando fome. Quando o prefeito de Poço Redondo, Frei Enoque, solicitava ajuda para a reconstrução das casas, a Defesa Civil – pasme V. Ex^a, Senador Eduardo Siqueira Campos – pedia as escrituras, a cadeia sucessória vintenária, o título de propriedade e o projeto de engenharia e arquitetura. Onde já se viu? Só na República do Partido dos Trabalhadores!

O Governo Federal, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está completamente desarticulado. Os órgãos federais, as entidades não têm a menor condição, lá na base, de dar uma resposta efetiva, imediata. Órgãos como o Dnit encontram-se sem equipamentos e sem condições. Para que o Dnocs? Ele não existe. Há apenas um representante, um delegado, um diretor estadual, sem nenhuma função, sem recursos, sem nada. Com a Delegacia do Ministério da Agricultura, ocorre a mesma coisa: está completamente desaparelhada, sem recursos humanos, financeiros, orçamentários. A Codevasf, idem. Enfim, todo o Governo Federal está ausente.

Ao retornar do meu Estado, trago esta situação no dia de hoje para que, a partir desta Casa Legislativa e por intermédio de seus meios de comunicação, sobretudo a TV Senado, esta denúncia seja conhecida por todo o País. Este é o Brasil que não acode os

brasileiros. Ora é o sertanejo de Sergipe, ora são brasileiros que aqui não conseguem emprego e vão passar vexame em outros países, como por exemplo os Estados Unidos, conforme mostrado pela televisão.

Que País é este? Que Governo é este? Isso é um Governo ou é um péssimo padraço? Existe padraço bom, mas esse é um péssimo padraço, e é preciso que se diga isso desta tribuna, com todas as letras.

E mais: além de não estabelecer uma articulação com o Governo do Estado, estabelecem um Governo paralelo por meio do prefeito da capital, aquele mesmo que gastou aquela imensidão de dinheiro, como denunciei aqui, para capinar área pavimentada, paralelepípedo. Esse prefeito, em caravana com outros aliados, sem nenhuma articulação com o Governo do Estado, vai ao sertão sergipano anunciar recursos, embora ainda não haviam chegado. Usa a miséria do povo, do sertanejo sergipano, que passa dificuldades, para fazer campanha político-eleitoral de forma antecipada. É a campanha feita com a miséria do povo.

O Governador João Alves esteve nos quatro ou cinco Municípios desde a semana anterior, mas não viu legenda partidária: visitou e assistiu a prefeitos filiados ao PFL, como o de Monte Alegre de Sergipe; visitou e assistiu ao prefeito de Porto da Folha, filiado ao PMDB, que não votou com ele no primeiro turno; assistiu e visitou o prefeito de Poço Redondo, do PPS, que não votou com o Governador no primeiro turno e não votou no segundo turno das eleições.

E esse Partido dos Trabalhadores criticava os Governos da ditadura! Diante desse Governo, a ditadura militar precisa ser lembrada com mais respeito. E olhem que quem diz isso é alguém que passou a sua vida política, desde a fase estudantil, a combater a ditadura militar neste País. E digo isto porque hoje o Partido dos Trabalhadores constitui um Governo pior do que a ditadura, em todos os sentidos, Sras e Srs. Senadores.

Não vim pedir esmolas. Sergipe tem direitos, por ser um Estado integrante da Federação. Não estarei aqui de joelhos para reclamar apoio, e não pretendo receber apoio apenas se votar a favor do Governo. Não! Neste Governo e nestes projetos contrários à Nação brasileira, votarei sempre contra. Tenho o direito de fazer a reivindicação, mas não ficarei de joelhos para isso. E Sergipe, por ter um Governador do PFL, não pode receber esse tipo de tratamento, sem obter a mínima atenção. Só depois de muito insistir, já no último sábado, quase à noite, no instante em que estávamos para tomar o helicóptero e retornar a Aracaju, é que se recebeu uma ligação para ver a possibilidade de liberação das cestas básicas.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Almeida Lima, V. Ex^a concede-me um aparte?

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Concederei o aparte a V. Ex^a. Permita-me apenas fazer a conclusão de uma informação, porque, diante de tanta ausência, de tanta omissão, de tanta irresponsabilidade, de tanta falta de civismo, de patriotismo, de amor ao povo brasileiro, eu não poderia deixar de fazer um registro que me deixa emocionado.

Faz-se sentir uma grande exceção a essa regra. Quero me referir ao Exército brasileiro. E, ao falar do Exército brasileiro, preciso dizer que não se trata de uma instituição de Governo, mas de uma instituição da República, uma instituição do Estado, uma instituição permanente, e não temporária. Mas é preciso dizer que o Exército brasileiro acudiu o Estado de Sergipe, sobretudo pela pessoa do patriótico e cívico General Moura Barreto, cujo nome faço questão de mencionar neste instante. Ele é o Comandante da 6^a Região Militar, sediada na Bahia, e Comandante de toda a região Nordeste do Brasil. Ele atendeu ao Governador e, em silêncio, mandou sua equipe de engenharia – engenharia de construção em tempos de paz – estudar a viabilidade de o Governo do Estado comprar seis pontes metálicas móveis, para serem montadas pelo Exército, tendo em vista a tecnologia dominada por eles. E o Exército, em dois ou três dias, concluiu os estudos e já mandou a equipe, segundo informações que obtive hoje pela manhã com os prefeitos daquela região.

Portanto, meus parabéns, minhas homenagens, minha admiração ao General Moura Barreto por sua decisão, pela sua postura cívica, patriótica, de brasileiro, de amor à Pátria. O povo de Sergipe agradece. Mas não deixo de dizer ao Governo Federal que ainda há tempo, mais do que suficiente, apesar da desgraça que lá existe, de acudir o Estado de Sergipe sem ver à frente o Governador do PFL, João Alves Filho. Não veja o Governador, mas o sertanejo, que neste instante precisa de ser acudido! E o Estado de Sergipe, que tanto contribui com este País com o petróleo, com minérios e com sua gente. O Governo Federal cruza os braços. Somos uma República. E o conceito de República, como já foi dito, é o Governo do povo, público, de todos. Não é um gueto. Não queiram transformar este País na “República Federativa do Partido dos Trabalhadores”!

Exigimos respeito enquanto brasileiros e sergipanos!

Ouçó, com imenso prazer, o aparte do Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Eminente Senador Almeida Lima, compreendo a indignação

de V. Ex^a diante dos fatos clamorosos que assolam e afligem a valorosa gente do Estado que V. Ex^a representa nesta Casa, o Estado de Sergipe, a exemplo do que também está acontecendo em outros Estados da Federação, do Sul e muitos do Nordeste. O excesso de precipitação pluviométrica tem provocado destruição de inúmeros bens públicos: pontes são arrastadas e destruídas, casas desabam, deixando milhares de famílias desabrigadas, estradas são destruídas... Enfim, o excesso de chuvas – repetidas vezes – tem provocado no País todo esse caos. O que me surpreende, eminente Senador, é que não nos preparemos para as calamidades. E o pior é que, nessas horas, falta, no mínimo, o espírito de solidariedade daqueles que têm o dever de atender às demandas e às necessidades do povo brasileiro. Tem V. Ex^a razão: é preciso que os Ministros, principalmente o que ocupa a Pasta da Integração Nacional, tenham a preocupação de estenderem as mãos ao povo sofrido de Sergipe e de outros Estados, irmãos brasileiros que estão sofrendo com a calamidade que assola o País em decorrência da quantidade exacerbada de chuvas que tem caído nesses últimos dias. Tem V. Ex^a razão. Conte com a minha solidariedade.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Agradeço a manifestação de V. Ex^a.

Devo dizer que poderia haver uma alegação de falta de recursos. Claro que não a aceitaríamos. Que o Ministro Ciro Gomes, pelo menos, fizesse uso do telefone e ligasse para o Governador. Mas não! Embora esse não seja um argumento para S. Ex^a ligar, o fato de o Governador João Alves e eu próprio termos votado em Ciro Gomes para Presidente da República, no primeiro turno das eleições. Não se justifica a ausência de recursos, porque, na calada da noite, no final do ano, o BNDES liberou um montante de juros, dispensou a dívida da AES – fato que trarei ainda a esta tribuna.

Mas peço a compreensão desta Presidência, que tem sido generosa para comigo, para que possamos ouvir o aparte do ilustre Senador Eduardo Siqueira Campos, que será breve em seu aparte.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Senador Almeida Lima, agradeço a atenção de V. Ex^a. Quarta-feira passada, quando V. Ex^a deixou a tribuna, assomei a tribuna e, prontamente, solidarizei-me com o povo de Sergipe e com o apelo de V. Ex^a. Recebi os agradecimentos do Governador João Alves, com quem estive em São Luís, por ocasião da missa de 7^o Dia de Dona Kyola. Apenas para destacar a triste sina dos meus antecessores nordestinos – pais e avôs –, que vieram para o sul, fugindo da seca.

Triste sina a do nordestino: sofre com a falta e com o excesso de chuvas. Até parece que não estamos, neste século, descobrindo água em Marte. Preocupa-me ainda não termos tecnologias suficientes para a administração de um recurso tão importante como o hídrico. Chama-me a atenção a falta de uma proposta permanente nesse sentido. No nosso pequeno Tocantins, apesar de termos altos índices pluviométricos, também há regiões secas. No entanto, lá, temos um Projeto chamado Cacimbas, em que fazemos o armazenamento de água quando há excesso de chuvas, reserva essa utilizada em períodos de seca. Isso em um Estado que tem a necessidade da construção imediata de mais de duas mil pontes, em função, eu não diria do excesso, mas da bênção de termos água suficiente. Para me solidarizar novamente com V. Ex^a, registro que, infelizmente, estamos vivendo uma nova transição no Governo, que pretende aumentar o seu “núcleo duro”. Para quem não sabe o que seja “núcleo duro”, esclareço que se trata dos Ministros competentes; o “núcleo mole” seria composto por Ministros que não parecem tão competentes e influentes. Mudamos, agora, o Ministro da área social, o Ministro da Educação e o Ministro da área do Trabalho. V. Ex^a tem razão em preocupar-se ao ver que o Governo pode demorar ainda mais para ter uma resposta imediata. O “núcleo duro” é composto por Ministros como José Dirceu, Márcio Thomaz Bastos, Palocci, Guschiken, Ciro Gomes, ou seja, aqueles considerados competentes e eficientes. Espero que os apelos de V. Ex^a sensibilizem essas autoridades e que o povo sergipano possa efetivamente contar com o apoio, e tem contado, do grande Governador João Alves e do Senador que tão bem representa o Estado de Sergipe como V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Agradeço a V. Ex^a e também à Presidência pelo tempo concedido.

A minha satisfação não era vir à tribuna no dia de hoje para registrar esse protesto. A minha satisfação estaria em vir aqui agradecer, como, aliás, o fiz em relação ao General Moura Barreto, comandante de toda a região do Nordeste e também da 6^a Região Militar, sediada em Salvador. Entretanto, lamento – e é este o registro que desejo fazer – a posição, até o presente momento, de quase completa omissão do Governo Federal. Espero que o Governo ainda se sensibilize e veja que os sergipanos integram a Nação brasileira e que também precisam do Governo Federal. Esta é uma Federação. Os Prefeitos estão trabalhando na sua base, assim como, da mesma for-

ma, está o Governador. Porém, é preciso também a participação do Governo Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passamos a palavra ao Senador Papaléo Paes.

V. Ex^a dispõe da palavra por cinco minutos.

Em seguida, falará o nobre Senador Valdir Raupp.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, venho manifestar minha defesa ao Projeto de Lei nº 2.403, de 2003, que se encontra na Câmara dos Deputados, de autoria do Senador José Sarney, que é, sem dúvida alguma, um projeto que faz justiça ao Estado do Amapá e à Amazônia Ocidental, pois são notórias as desigualdades regionais neste País, as quais penalizam particularmente a Região Norte.

O projeto tem como objetivo conceder os mesmos benefícios fiscais conferidos à Zona Franca de Manaus também para à área de livre comércio de Macapá e Santana.

Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje a área de livre comércio do Amapá dá incentivos apenas para compra e venda de produtos e não para a produção. A proposta determina a renúncia fiscal para bens elaborados tão-somente com matérias-primas de origem regional.

Para melhor reflexão, faço questão de repetir as palavras do Governador do Amazonas, Eduardo Braga, que sobre o referido projeto entende que o mesmo visa priorizar a interiorização do desenvolvimento da Amazônia.

Diz o Governador:

Lamentavelmente, o nosso homem do interior do Estado está com a sua atividade econômica esvaziada, porque não tem como agregar valor aos produtos naturais da Amazônia.

Como é sabido por todos nós, o pólo industrial de Manaus, hoje, é responsável pela geração de 50 mil empregos diretos e 350 mil indiretos, com um faturamento anual de US\$9 bilhões, consolidando-se como a mais importante força motriz da economia da Amazônia.

Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana reúne condições para igualar esse êxito por meio do aproveitamento racional de sua biodiversidade, em um Estado que tem 90% do seu território intocados pelo homem, dotado

de um porto localizado próximo à foz do rio Amazonas e vizinho à costa dos países do norte da América e do Caribe.

Não podemos penalizar o Estado do Amapá, negando-lhe o direito de desenvolver-se e, por conseguinte, penalizando o povo sofrido da região por questões menores.

Sr. Presidente, a oposição ao projeto a que me referi é gerada por interesses espúrios, uma vez que o objetivo é tão-somente incentivar a industrialização de matérias-primas regionais e, com isso, desenvolver a Amazônia.

Quero deixar registradas as minhas palavras em virtude da campanha que está sendo feita contra esse projeto, principalmente na mídia do Sul, demonstrando a discriminação que o Norte sempre sofreu do Sul e do Sudeste do País. Portanto, manifesto o meu protesto, porque naturalmente essas pessoas não sabem distinguir as regiões do País, as dificuldades e as necessidades de cada região, principalmente da Região Norte, para que possa desenvolver-se e elevar, cada vez mais, o nome do Brasil no cenário nacional.

Sr. Presidente, peço permissão para, dentro do meu tempo, registrar que esta Casa deverá receber brevemente o Senador Cristovam Buarque, que deverá assumir a titularidade do cargo em substituição ao seu primeiro suplente, Senador Eurípedes Camargo.

Desejo fazer referência justamente ao Senador Eurípedes Camargo, que teve uma excelente convivência com seus Pares. S. Ex^a é um bom companheiro, determinado, que luta pelo seu Partido e pelas causas sociais justas. Todos nós o prezamos muito.

Senador Eurípedes Camargo, saiba que tem um amigo. Permaneceremos nesta Casa e, tenha certeza absoluta de que, quando do seu retorno, se Deus quiser!, V. Ex^a terá a mesma convivência que teve até hoje com todos nós, sendo respeitado V. Ex^a respeitou e zelou pelo povo do seu Estado e do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp, que disporá de até 20 minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de abordar o assunto que desejo tratar nesta oportunidade, gostaria de falar algumas palavras sobre o pronunciamento do companheiro Senador Papaléo Paes.

Ao projeto de incentivo do Senador José Sarney foi apresentado um substitutivo de autoria do Senador Arthur Virgílio. Se não me falha a memória, também os Senadores Gilberto Mestrinho, Jefferson Péres e eu assinamos o projeto juntamente com o Senador Romero Jucá, de Roraima.

Penso que está havendo um equívoco, na Câmara, por parte de alguns Parlamentares e até mesmo da imprensa. O primeiro projeto apresentado, do Senador José Sarney, estendia, sim, para o Estado do Amapá os mesmos benefícios da Zona Franca de Manaus. Seria muito difícil aprovar esse projeto até mesmo no Senado, por isso, foi apresentado um substitutivo, como já falei, assinado por outros Senadores. Entretanto, esse projeto não altera muito a situação atual, porque grande parte dos benefícios que traz já eram concedidos a alguns produtos regionais pela lei anterior que criou a Zona Franca de Manaus. Acrescentou-se muito pouco para o Estado do Amapá, porque há a Área de Livre Comércio para os Estados do Acre, Rondônia e Amazonas. Então, na verdade, estão fazendo uma tempestade em copo d'água em relação a esse substitutivo ao projeto do Senador José Sarney. O antigo, sim, estendia todos os incentivos concedidos à Zona Franca de Manaus para toda a Amazônia ocidental.

Sr. Presidente, gostaria que o meu Estado de Rondônia tivesse apenas 5% dos incentivos e dos benefícios dados à Zona Franca de Manaus. Só assim algumas indústrias se instalariam lá. Não tenho nenhuma ilusão de que, mesmo com esse substitutivo, ampliando alguns incentivos para alguns produtos regionais, teremos um pólo industrial que se iguale a 5% do que tem hoje o Estado do Amazonas, com a Zona Franca de Manaus. Portanto, repito, estão fazendo tempestade em copo d'água.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para mim, para o PMDB de Rondônia e do Brasil e, creio também, para toda a classe política e para este Senado Federal, foi muito bom ter o companheiro Amir Lando, nosso colega de Rondônia, indicado como novo Ministro da Previdência Social, assim como o companheiro Deputado Eunício Oliveira para o Ministério das Comunicações. Ambos são leais ao PMDB e ao Presidente Lula, companheiros de primeira hora. Tenho certeza de que irão desempenhar as suas funções com dignidade e lealdade não só aos seus Estados, mas a todo o Brasil.

Com referência ao Senador Amir Lando, não causou nenhuma surpresa sua indicação para o Ministério do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dos Estados do Norte, Rondônia era um dos únicos (o ou-

tro é o Estado do Amapá) que nunca teve um de seus líderes políticos nessa função de tanta relevância como é a de Ministro.

O Senador Amir Lando, em todas as missões que foi convocado pelo PMDB, sempre soube corresponder com competência e determinação. A de Ministro será apenas mais uma em sua vitoriosa carreira política.

Em Rondônia, Sr^{as} e Srs. Senadores, a história do Senador se confunde com a da instalação do Estado, pois compôs a primeira legislatura estadual como um dos Parlamentares mais brilhantes daquele Estado.

Quem conhece os Anais do Poder Legislativo rondoniense sabe do brilhantismo com que Amir Lando exerceu o mandato de primeiro Deputado Constituinte de Rondônia. Sou testemunha do trabalho e do empenho do Senador no Congresso Nacional pelos pleitos rondonienses, assim como do seu apoio aos pleitos estaduais defendidos pelos colegas da bancada oriunda de Rondônia.

Foi com sua indispensável colaboração que a Constituição Estadual de Rondônia tomou forma, seja nos aspectos jurídicos ou nos sociais. Pioneiro da região sul do Estado, Amir continua sendo mais um defensor implacável dos interesses de Rondônia neste Parlamento.

Como presidente do Diretório Estadual do PMDB, há oito anos Amir Lando tem contribuído para que nosso Partido continue sendo o mais forte e mais bem estruturado no Estado. Optou, no mês passado, por deixar a direção do PMDB para estimular um rodízio entre as lideranças, mas continua participando decididamente para que a legenda se renove e cresça ainda mais, visando às próximas eleições municipais e a estadual.

Em 1985, quando Rondônia ainda era administrada por um governador indicado pelo Presidente da República, época do governo humanista de José Sarney, recaiu sobre o então Deputado Estadual Amir Lando toda a articulação para que fosse indicado um novo governador oriundo dos Partidos PMDB e PFL, que formavam a Aliança Democrática. Cumpriu a missão com perfeição, visto que conseguiu, além da indicação do Governador peemedebista, também outro companheiro de Partido na Prefeitura da capital, Porto Velho.

Quem conhece a história de Rondônia sabe que toda articulação política visando retirar do poder estadual o grupo antigo que há décadas dominava aquele Estado foi feita sob a responsabilidade de Amir Lando. Sua competência de negociação e sua perspicácia

de grande líder ajudaram a eleger, sete meses depois, o primeiro Prefeito da capital eleito livremente e, logo depois, o primeiro Governador do Estado de Rondônia. E para nosso regozijo, ambos do nosso Partido, Senadores Ramez Tebet, Papaléo Paes e Gilberto Mestrinho, do PMDB.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Concedo o aparte ao nobre Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Valdir Raupp, creio que V. Ex^a não fala apenas pelo Estado de Rondônia. Fala também pelos nossos companheiros de Partido. Todos nós, amigos, colegas e conhecedores da capacidade do Senador Amir Lando e de seu espírito público, sentimos alegria de, neste momento, vê-lo como Ministro da Previdência Social. Esta Casa debateu longamente, no ano de 2003, a reforma da previdência, que será implementada e, para isso, necessita de homens que possuam as qualidades do Senador Amir Lando. Homem de espírito humanitário, qualidade importante no momento de implementação de uma nova lei da Previdência Social, que, aliás, precisa ser complementada – e será, se Deus quiser – pela Câmara dos Deputados, por meio da PEC paralela. Então, um homem como o Senador Amir Lando à testa da Previdência Social nos dá a certeza de êxito de S. Ex^a, do nosso Partido e do Brasil. O Presidente da República, ao empossar os novos Ministros, por várias vezes disse que acabou a hora do “eu acho”, é a hora do “eu faço”. E realmente este é o momento em que é preciso fazer as coisas acontecerem no Brasil. É preciso diminuir o desemprego, promover o crescimento econômico, gerar emprego, gerar renda. De sorte que cumprimento o Presidente da República pela escolha e, na oportunidade, cumprimento, na pessoa do Senador Amir Lando, toda a nova equipe do Presidente da República. E cumprimento ainda o Estado de Rondônia pela conquista de ter o Senador Amir Lando no Ministério, como V. Ex^a está ressaltando. Portanto, em nome do meu Estado, Mato Grosso do Sul, quero dizer da minha alegria, do meu contentamento e dar, por intermédio do pronunciamento de V. Ex^a, minhas congratulações ao Senador Amir Lando e ao Estado de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet, V. Ex^a que já foi Ministro – e, diga-se de passagem, um grande Ministro – sabe da missão importante que têm agora os novos integrantes da equipe do Presidente Lula.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 1994, quando pela segunda vez disputei o cargo de Governador de Rondônia, o apoio e o empenho do Senador Amir Lando na campanha foram essenciais para que pudéssemos também, pela segunda vez, retirar do poder o mesmo grupo político que fez carreira sob as bênçãos do Partido que dava sustentação ao governo de exceção.

Portanto, pelos motivos e fatos aqui relatados, é grande nossa satisfação com a nomeação do Senador Amir Lando ao cargo de Ministro de Estado. O Presidente Lula, ao escolher um político do Norte, especialmente de Rondônia, demonstra seu espírito federalista em buscar as experiências adquiridas em Estados que sempre foram considerados, por outros mandatários, como periféricos.

No Governo, além de Amir Lando, reluz com dignidade e a mesma competência a estrela de Marina Silva, do nosso vizinho Acre. Antes apenas os Estados considerados mais fortes economicamente dominavam essa área indicando nomes para os Ministérios, todos igualmente competentes e preparados.

O Senador Amir Lando deu também sua contribuição no processo de cassação do ex-presidente Fernando Collor de Mello, como relator da CPI naquela época; foi sempre fiel colaborador do Governo do Presidente Lula, como Líder no Congresso Nacional, na discussão e aprovação de todas as pendências orçamentárias, durante o ano passado; bem como sua liderança na aprovação do Orçamento Geral da União de 2004, sancionado sem qualquer veto pelo Presidente da República, com compromisso de executá-lo integralmente. Assim esperamos, pois será muito bom para o Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos certeza de que o Senador Amir Lando, no Ministério da Previdência Social, corresponderá com a mesma competência e a mesma perspicácia com que correspondeu às missões anteriores confiadas pelo PMDB e será um fiel colaborador das políticas públicas idealizadas pelo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Antonio Carlos Valadares, concedo a palavra a V. Ex^a como Líder do PSB.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de registrar a minha inteira solidariedade às populações do Brasil, do Nordeste, de Sergipe atingidas pelas últimas enchentes, que não só causaram prejuízos materiais, como também ceifaram vidas humanas preciosas.

Mais de trinta pessoas perderam a vida em decorrência desse fenômeno climático. Na história do meu Estado, por exemplo, não se registrou, pelo menos nos últimos cem anos, algo semelhante em termos de violência das águas, que destruíram, na sua passagem, pontes, estradas, derrubaram casebres, deixando moradores e populações inteiras ilhadas, conforme constatamos na visita que fizemos, no último sábado, à região mais atingida no Estado de Sergipe. Fomos aos Municípios de Poço Redondo, Monte Alegre e Porto da Folha, na companhia do Prefeito Municipal de Aracaju, Dr. Marcelo Déda, dos Deputados Federais Jackson Barreto, Pastor Heleno, dos Deputados Estaduais Ana Lucia, Belivaldo Chagas e tantos outros que compareceram àquela visita de solidariedade que fizemos. Hoje já temos condições de apresentar um relato fiel de tudo o que ocorreu, para que o Ministério da Integração promova, imediatamente, assistência às pessoas que estão sofrendo em consequência das enchentes. Pontes precisam ser recuperadas; deslizamentos causaram derrubada de casas e de estradas, que agora necessitam, sem dúvida alguma, de uma providência urgente do Ministério da Integração no sentido de proporcionar alívio às populações flageladas.

Sr. Presidente, deixo aqui o registro da participação do Governo do Estado e da Petrobras, a qual destinou recursos da ordem de R\$450 mil a fim de atender aqueles Municípios mais atingidos na recuperação de obras essenciais à sua comunicação, na distribuição de colchões, cestas básicas, cobertores, para que as Prefeituras tenham o mínimo de recursos para o atendimento as suas populações.

Também devo, Sr. Presidente, manifestar-me neste instante, sugerindo ao Sr. Ministro da Integração, Ciro Gomes – que até o momento não esteve em nenhuma das regiões sobre as quais se abateu esse grande castigo da natureza –, que percorra Minas Gerais, Rio de Janeiro e Nordeste, pois ainda é tempo de S. Ex^a visitar as regiões afetadas como aquelas a que me referi no Estado de Sergipe.

Leio nos jornais que o Diretor do Departamento de Desenvolvimento Hidroagrícola da Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica, Ramon Rodrigues – que coin-

cidentemente se encontrava em Sergipe –, visitou, em companhia do Governador João Alves, as regiões mais atingidas, utilizando um helicóptero cedido inicialmente pela Petrobras.

No entanto, Sr. Presidente, dada a gravidade da situação e sendo como é o Ministro Ciro Gomes um nordestino, um ex-Governador de Estado, um ex-candidato à presidência da República e que conhece como poucos o sofrimento dos nordestinos, S. Ex^a jamais poderia ter deixado de visitar as regiões que mais sofreram com as chuvas, mesmo se, naquele período em que ocorreu o fenômeno, Sr. Presidente, o Governo Federal estivesse recompondo seu Ministério. Acredito que nada tem a ver uma coisa com a outra. Enquanto o Ministério não é mudado, enquanto num Ministério não há substituição, todos os Ministros têm competência suficiente para exercerem o papel que lhes é devido.

Sr. Presidente, assim como aqui falou o Senador Almeida Lima, reclamando providências no que diz respeito ao atendimento às populações mais sofridas, neste instante quero solidarizar-me mais uma vez com todas as populações do Brasil, com a população do Estado de Sergipe: tanto a de Aracaju, onde chuvas torrenciais aconteceram, quanto a dos Municípios a que me referi.

Por essa razão, Sr. Presidente, a minha presença nesta tribuna é no sentido de que a burocracia do Ministério da Integração Nacional aja mais rapidamente, porque lá existem pelo menos R\$32 milhões já disponibilizados pelo Presidente Lula para atendimento às populações flageladas. O Instituto Nacional de Meteorologia, Sr. Presidente, previa, há três meses, que chuvas fortes aconteceriam nas regiões aqui citadas. Acho que o Ministério da Integração Nacional está devidamente aparelhado, até pelo aviso da meteorologia, para o atendimento às necessidades básicas da população dos Estados envolvidos, dos Municípios envolvidos nesse lamentável acontecimento.

Por isso, Sr. Presidente, empresto a minha solidariedade total e quero dar ênfase à preocupação da Bancada Federal, que esteve na região conflagrada, na região que sofreu as consequências dessa chuva muita forte que caiu no Estado de Sergipe. A Bancada Federal esteve presente; jamais esteve ausente. Por essa razão, espero que o Ministério da Integração Nacional envie para o Senado Federal um relatório completo de suas atividades nesse período do atendimento às populações que mais sofreram com as enchentes ocorridas em todo o Brasil.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem. Peço uma informação de V. Ex^a: a ordem das inscrições será alternada?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Não, será mantida na íntegra. Como as comunicações inadiáveis são intercaladas com os oradores inscritos, V. Ex^a será o próximo a fazer uso da palavra. O nobre orador falará por cinco minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passamos a palavra ao nobre Senador Leomar Quintanilha.

V. Ex^a dispõe da palavra, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se o eminente Senador Sibá Machado fizer questão, cedo meu tempo e S. Ex^a pode falar antes de mim. (Pausa.)

Agradeço ao nobre Senador.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, efetivamente, 2003 foi um ano extremamente positivo para os trabalhos desta Casa. Entre tantas matérias importantes, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, votamos aqui o Estatuto do Idoso, uma lei que se propõe consolidar a legislação existente no País e balizar a prática das ações públicas em relação à proteção e em respeito a uma faixa da população que cresce de forma impressionante e em ritmo acelerado, mudando efetivamente o perfil da sociedade brasileira.

Já hoje são mais de 15 milhões de brasileiros com mais de 60 anos de idade e que merecem efetivamente um reexame da sua vida, do seu convívio social, da sua participação e da sua cidadania no contexto socioeconômico da Nação.

Nós constatamos que continuam multiplicando-se o número de médicos pediatras neste País, enquanto observamos que as famílias, espontânea e intuitivamente, têm procurado reduzir sua prole. A cada ano que passa o número de crianças recém nascidas é proporcionalmente menor do que as famílias tinham em anos anteriores. No entanto, as universidades insistem em colocar à disposição da sociedade e do mercado profissionais responsáveis pelo atendimento a crianças.

Creio, embora não tendo ainda em mão dados que comprovem essa situação, que há uma certa comodidade no número de pediatras para atender à demanda do número de crianças existentes no País, mas não posso dizer o mesmo com relação aos ido-

sos. Há cerca de quinhentos geriatrias no País e, se formos localizá-los geograficamente, vamos encontrá-los notadamente nas capitais e nas maiores cidades. No entanto, idosos ocupam, de forma muito democrática, todos os Municípios brasileiros, inclusive os menores, sem a necessária assistência dos profissionais de saúde, que lhes deveriam prestar o atendimento adequado e propício à sua faixa etária.

E o que vimos, Sr. Presidente? Agora, com a aprovação do Estatuto do Idoso, tenho recebido muitos telefonemas expressando a reclamação pela dificuldade de sua prática, principalmente no que diz respeito aos transportes interestaduais. O Estatuto do Idoso assegura duas vagas para as pessoas idosas nesse tipo de transporte, mas esse direito, decidido nesta Casa pelo Congresso Nacional, não está sendo respeitado, sob a argumentação de que não foi regulamentado. Ora, essa lei não precisa de regulamentação, mas necessita ser aplicada. Se efetivamente há alguma dificuldade na sua interpretação e no seu entendimento, é imperativo que o Ministério dos Transportes o faça, por meio de portaria ou do mecanismo que julgar conveniente, dando a informação àqueles que devem obedecer à lei, cumprir as decisões exaradas por esta Casa no Estatuto do Idoso.

Por essa razão, pretendo ainda, em momento mais oportuno, abordar a questão de forma mais aprofundada, mas, neste momento de breves comunicações, queria fazer esse alerta principalmente ao Ministro dos Transportes, Sr. Anderson Adauto, a fim de que cuide dos interesses e dos direitos dessa faixa etária da sociedade brasileira, que tanto respeito deve merecer de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, que dispõe de vinte minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje gostaria de abordar o tema da reforma política. Entre os diversos ajustes reclamados pela sociedade brasileira, a reforma política é um dos que, vez por outra, volta à pauta e, espantosamente, com a mesma frequência, acaba saindo do foco. Seja porque não se quer reformar as instituições políticas, seja por acomodação, seja por falta de opções ou de criatividade, o fato é que o Congresso acaba sempre por adiá-la. Entretanto, vimos que a vontade política pode tornar possível a aprovação de uma reforma. Executivo e Legislativo se mobilizaram para as reformas previdenciária e tributária de tal modo, que foram aprovadas em menos de um ano.

Mas, enquanto questões previdenciárias e tributárias são de fácil visualização pela sociedade e pelos atores econômicos e políticos, aparentemente não há sensibilização tão forte para a reforma política. Consegue-se até vislumbrar a necessidade da reforma do Judiciário, principalmente quando vem a público que alguns de seus membros são envolvidos em acusações de corrupção e de outras falcaturas. Mas esse é apenas o aspecto menor de uma possível reforma do Judiciário.

A reforma política, há anos, está a vagar pelo Congresso, principalmente porque estamos muito habituados a essas regras. (Quando digo “estamos”, refiro-me aos que participam mais de perto das decisões políticas: parlamentares, sindicatos, centrais sindicais, corporações de empresários, etc.) Estamos muito habituados, repito, a essas regras. E de tal modo “cegos” que não vislumbramos saídas.

Na época da ditadura, era fácil unir esforços em torno de sua derrubada: anistia, liberdades políticas, constituintes, eleições diretas, etc. Para tudo isso, conseguimos mobilizar a sociedade; e foi a sociedade o motor dessas mudanças. E o Parlamento, que deixou de estar imune às pressões sociais, consagrou-as em documentos legais que conhecemos como Constituição Federal e a Lei Eleitoral, entre outras.

Vencida essa etapa, precisamos agora aperfeiçoar os mecanismos democráticos da sociedade brasileira. Precisamos aperfeiçoar os mecanismos de participação; é imperativo “desviciar” as máquinas de fazer candidatos e consagrar vitoriosos, que é a mesma máquina de fazer candidatos derrotados; e é a mesma máquina de isolar não as chamadas “minorias”, mas as “maiorias silenciosas”, isto é, as que não encontram os mecanismos adequados para se expressarem. Ou, até, que de tanto terem sua voz reprimida, seus clamores negados, acabam por vislumbrar outras saídas para sua atuação política. Fogem da esfera institucional e passam a, pelo menos, tolerar ações administrativas e políticas que não as favorecem.

E o Estado, com toda a sua máquina e todo o seu aparato, de tanto marginalizar esses segmentos da população, acaba, ele sim, sendo ignorado. E ignorado não por um processo sistemático que chamamos, nobremente, de “desobediência civil”, mas de fuga dos processos tradicionais.

Não precisamos recorrer a muitos expedientes históricos para constataremos o quanto a sociedade brasileira tem sido, desde a chegada dos colonizadores, uma sociedade que, deliberadamente, constrói a exclusão. A exclusão do acesso à terra, pela doação de ex-

tenhos territórios a poucos donatários, situação essa que o nosso Governo tem o compromisso de mudar.

Como, então, tal sociedade não seria excludente politicamente? Como, se é a política que comanda todos os outros setores? E afirmo, com convicção, que uma das mais perversas exclusões é mesmo a política.

Basta ver que apenas no século XX foram feitas algumas conquistas para incorporar vastas maiorias. Mas nem é necessário retornar até o período monárquico. Na República mesmo, houve exclusão deliberada, já que, no antigo regime, a concentração de poder é que era a legitimada.

Primeiro, o mecanismo do voto censitário do Império, que era baseado na renda, foi substituído pelo voto masculino, o que deixava de fora as mulheres, os menores de 21 anos, os analfabetos, os religiosos monásticos e os soldados em geral. Quem votava, então? Menos de 6% da população brasileira! Além disso, pelo fato de ser aberto (não secreto), a identificação vinculava votantes e “patrões” de um modo geral, o famoso “voto de cabresto”. Isso sem falar nas fraudes e na famigerada “Comissão Verificadora”, cuja missão era a de convalidar ou não o resultado das eleições nacionais.

Com todas as idas-e-vindas da democracia, sempre interrompida por períodos ditatoriais, pouco se avançou no poder real da sociedade. E hoje, com todas as liberdades democráticas de que aparentemente dispomos, continuamos a nos guiar por regras que, de antemão, já excluem grupos sociais significativos de terem sua representação no Congresso.

Com raras exceções, nossos partidos, que são a expressão dessa mediação, permanecem frágeis e suscetíveis a desagregações. Tal crise dos partidos, segundo os especialistas, não é privilégio nosso, pois está presente em todo o Ocidente. Trata-se de uma crise de representação. O alto absenteísmo em eleições, como é o caso dos Estados Unidos, é emblemático dessa situação. Se, em passado recente, certos partidos se estruturavam de tal modo a representar uma visão “totalizante” (não totalitária), que hoje se diz “global”, da sociedade, na época atual, isso dificilmente ocorreria. Para tais modelos partidários, não apenas a política, mas a cultura, a economia, o lazer, a estética deveriam ter algo em comum, dirigida partidariamente. Não é difícil constatar que esse modelo não se sustenta nos dias de hoje.

Na agenda daqueles que querem fazer política estão incluídas questões como sexualidade, etnia, religião, gênero, opções de consumo, meio ambiente e

tantos outros. E nem sempre os partidos estão aptos a darem conta dessa multiplicidade de interesses.

Estamos pois, de fato, frente a uma crise de representação que afeta diretamente os Partidos. Uma crise que não se resolverá só com regras do tipo fidelidade partidária. Não se pode chegar a uma situação de obrigatoriedade de filiação que se assemelhe à obrigação que temos hoje de pagar impostos. Será que, ao invés de limitar, não se deve ampliar as possibilidades de participação? Desse ponto de vista, retirar do Partido o monopólio da política institucional, seria até um bom começo. Na Itália, por exemplo, qualquer grupo de cidadãos pode apresentar candidatos por intermédio de listas cívicas.

Mas esse é apenas um dos aspectos das reformas nas quais precisamos avançar. Outro aspecto é o do financiamento público de campanhas. Enquanto não houve igualdade de condições de acesso aos meios de divulgar plataformas eleitorais, teremos sempre no Congresso, salvo exceções, uma “plutocracia”, ou seja, um poder sempre regado pelo favoritismo financeiro, ainda que um ou outro operário ou até camponês chegue até aqui.

Mas há outros aspectos nos quais podemos avançar. Será que não podemos adotar o voto distrital? Por tal sistema, teremos a possibilidade de os candidatos se vincularem a determinadas regiões específicas de cada Estado. Cito aqui o caso de Minas Gerais, com mais de 800 Municípios. Se tirássemos um dia para visitar cada Município, seriam necessários três anos para realizar uma campanha eleitoral em Minas Gerais.

Com o Estado dividido em determinado número de distritos equivalentes ao de cadeiras no Legislativo, os Partidos apresentariam seus candidatos, e ganharia o mais votado em cada distrito. Como a condição básica para dividir o mapa é que cada área tenha um número equivalente de eleitores, teríamos uma vantagem a mais, que seria acabar com os problemas sobre-representação e sub-representação, dos quais tanto se reclama hoje.

Hoje, como os Deputados podem eleger-se com votos de qualquer lugar do Estado, acabam ganhando os de maior poder de alcance – leia-se, quase sempre, dinheiro – em diversas regiões. Assumem as vagas os mais votados das legendas com maior votação.

Mas, se acharmos que a adoção do voto distrital é um passo muito grande para nossas pernas, por que não um sistema misto? Nessa concepção, metade das vagas do Legislativo seria escolhida pelo sistema proporcional, como é hoje, e outra metade, pelos distritos, por listas feitas pelos Partidos, com no-

mes e ordem de preferência definidos em convenções partidárias.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Ramez Tebet, ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a está tratando de uma reforma que há muitos anos é esperada. Fala-se em reforma política, como se ela realmente pudesse aprimorar os nossos costumes. Mas V. Ex^a aborda um ponto muito importante em seu pronunciamento. Fala do voto distrital misto, no qual haveria uma lista partidária. A meu ver, esta é a grande dificuldade: a elaboração da lista. Sabemos como a cúpula domina os Partidos políticos. Então, quanto à organização da lista, a grande incógnita é encontrar um meio de essa lista ser democrática, senão estaremos contribuindo para aumentar o coronelismo e o caciquismo no País, pois quem prepara essa lista é uma cúpula, que poderá incluir os nomes que quiser, ficando a base alheia. É esse o problema da lista partidária. Não sei que critério adotariamos para evitar o predomínio do caciquismo e do coronelismo. Cumprimento V. Ex^a por abordar tema tão importante, a reforma política, e agradeço a oportunidade. Precisamos refletir sobre esse assunto da lista partidária. Muito obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Ramez Tebet, agradeço a brilhante contribuição. V. Ex^a até me fez pensar na decisão que terão os Partidos de tomar, ampliando ao máximo o número de filiados ou reduzindo. Porque para ter uma plenária representativa para a escolha e definição dessas listas, se o Partido tiver milhões de filiados, como fará para definir as listas? Realmente, é muito bem pensada a consideração de V. Ex^a. Agradeço o aparte.

Outra modificação que considero importante, objeto de proposta de emenda constitucional que apresentei, é o *fim da possibilidade de reeleição para o Executivo*, que passaria a ter mandato de *cinco anos*. A experiência colhida dos pleitos realizados com direito de reeleição exibiu à sociedade um espetáculo triste de uso abusivo da máquina pública, da frouxidão da ação da Justiça Eleitoral, da impotência dos mecanismos de controle dos excessos políticos e a má compreensão desse instituto. Por isso, a minha PEC propõe a extinção dessa possibilidade.

Pretendo ainda apresentar outra proposição no sentido de *unificar os processos eleitorais em todos os seus níveis*. O Brasil tem prejuízos incalculáveis com o sistema eleitoral atual. Saímos de um forte jejum político para um liberalismo quase descontrolado,

uma quase banalização da democracia por meio de *eleições a cada dois anos*. Com mandatos de apenas quatro anos intercalados por eleições no meio desses mandatos, o planejamento da gestão torna-se refém desses processos, ficando o País à mercê dos eternos debates preparatórios de candidaturas e de mobilizações eleitorais, configurando-se um estrangulamento para o crescimento econômico.

Nossa proposição visa unificar as eleições em data única a partir do ano de 2010, ficando então os eleitos de 2004 com mandatos excepcionais de seis anos e os eleitos de 2006 com mandatos ainda de quatro anos, ambos com direito à reeleição. A partir de 2010, todos serão submetidos a mandatos de cinco anos, sendo vetado ao Executivo o direito de reeleição. Assim, as eleições no Brasil ocorrerão nos interstícios de um lustro.

Penso ainda na possibilidade de exigência, para efeito de candidaturas, de certificado de cursos preparatórios dos candidatos pelos seus respectivos Partidos políticos e/ou fundações de formação política, onde o pretendente conheça o básico da doutrina política de seu Partido e temas de interesse público. Considero isso uma necessidade para um melhor desempenho de mandato e fortalecimento das organizações partidárias, que em muitas ocasiões pecam em transformar o espaço público em algo banal ou simplesmente experimental. Um mandato é coisa muito séria, envolve grandes responsabilidades, onde a dicotomia do “fazer o que penso” e “fazer conforme o coletivo partidário” precisa ser mais bem resolvida, sob pena de prejudicar ainda mais a disciplina e a fidelidade partidária.

Acredito que tais medidas, juntamente com outras proposituras que circulam no Congresso Nacional, como a votação em listas e o financiamento público de campanha, entre outras, vão contribuir para o fortalecimento das estruturas de representação e melhor adequação do planejamento administrativo de governo e do Estado Brasileiro.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não tenho aqui a fórmula perfeita. Mas precisamos reduzir o grau de “imperfeição” reinante hoje. Imperfeições que não são acidentais, geralmente, sustentam privilégios renitentes. Imperfeições que relegam parcelas significativas da população de terem suas idéias representadas no Parlamento.

Nesta oportunidade, quis apenas sinalizar o quanto é importante reformarmos nossas instituições representativas. Inclusive algumas dessas reformas já aprovadas nesta Casa. E nem entrei nas considerações sobre as formas alternativas de organização,

como é o caso dos “conselhos” de gestão, seja para as políticas de saúde, de educação, de cultura, meio ambiente, seja para aspectos mais gerais, como o orçamento participativo e tantas e tantas outras formas de participação popular. Portanto, o Congresso não pode desconhecer-las, não pode ignorá-las, não pode fazer ouvidos moucos.

Sr. Presidente, antes de encerrar, eu gostaria de saudar o nobre Senador Eurípedes Camargo. Mediante as reformas realizadas pelo Governo, o ex-Ministro da Educação e atual Senador da República pelo Distrito Federal, Cristovam Buarque, já retornou a esta Casa.

Portanto, estamos alegres em receber o nosso companheiro Cristovam Buarque; por outro lado, tristes ao perdermos a companhia do nosso amigo, companheiro e fiel militante do PT, Senador Eurípedes Camargo, que conheci durante nosso convívio nesta Casa. Desejo congratular-me com S. Ex^a que, de vez em quando, nos ajudava com os trabalhos desta Casa.

Concedo um aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Sibá Machado, gostaria de pedir a V. Ex^a e à Mesa a sua permanência na tribuna, porque V. Ex^a ainda dispõe de dois minutos, justamente para que possamos suprir o Regimento Interno da Casa, porque, tendo em vista as reformas realizadas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, o Senador Cristovam Buarque automaticamente já ocupa o cargo de Senador. Assim sendo, o Senador Eurípedes Camargo não é mais o titular. S. Ex^a não está mais no exercício do mandato de Senador. Portanto, é preciso que façamos justiça a S. Ex^a, homem de origem humilde, filho de carroceiro, ele mesmo um serralheiro, militante político desde o tempo em que Brasília não possuía representação política no Senado Federal nem na Câmara dos Deputados, S. Ex^a já militava em partidos políticos, auxiliando a comunidade. Sempre presente, militava no exercício da cidadania, o que é muito importante. No convívio que mantive conosco, Senador Sibá Machado, Eurípedes Camargo se revelou um homem sensível, defensor do Distrito Federal, que falava pelos humildes. Homem que, pela trajetória de um ano no Senado da República, honrou a representação do Distrito Federal. Gostaria, portanto, que V. Ex^a permanecesse na tribuna a fim de aceitar, em seu discurso, a manifestação de um representante do Mato Grosso do Sul, Estado também pertencente ao Centro-Oeste, manifestação sincera, que vem do fundo do meu coração, pela amizade que mantive com o Senador Eurípedes Camargo. Conhecedor, portanto,

do que lhe vai no fundo da alma; desejoso de contribuir para que o País encontre seu verdadeiro destino. Aproveito o pronunciamento de V. Ex^a para me congratular com o Senador Eurípedes Camargo e com o Distrito Federal, que tem este homem na vida pública, que aqui exerceu, por um ano, o cargo de Senador da República, defendendo os interesses do Distrito Federal e sempre atento aos melhores destinos da sociedade brasileira. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Ramez Tebet, com muita satisfação, peço a incorporação do aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

Peço mil desculpas ao Senador João Capiberibe por não ter percebido que S. Ex^a havia me pedido um aparte. Não faltará oportunidade de ouvi-lo, com toda a atenção, nos próximos apartes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Siba Machado, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Esta Presidência deseja, antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Paulo Paim, por cessão do Senador Eurípedes Camargo, congratular-se com o nobre Senador Eurípedes Camargo, que exerceu seu mandato até a última sexta-feira passada, inclusive quando esteve à frente desta Mesa, presidindo os trabalhos.

Durante todo o período em que esteve como integrante desta Casa foi digno representante do Distrito Federal e portou-se com dignidade, com competência e com humildade, que lhe é peculiar, muito bem representando a população do Distrito Federal.

Portanto, ao final desse período em que esteve na condição de representante do Distrito Federal, em função do afastamento do Senador Cristovam Buarque, que foi designado Ministro de Estado e que amanhã retorna a esta Casa, esta Presidência deseja destacar a passagem brilhante e digna do Senador Eurípedes Camargo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Tem V. Ex^a, Senador Paulo Paim, Vice-Presidente desta Casa, a palavra, por vinte minutos, por cessão do nobre Senador Eurípedes Camargo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos,

início o meu pronunciamento exatamente na linha do de V. Ex^a. O Senador Eurípedes Camargo, sem sombra de dúvida, foi um grande Senador na defesa dos servidores públicos, dos trabalhadores da área privada – aí está a sua origem –, na defesa dos discriminados, assumindo a sua posição de negro e Senador da República.

Diria, neste momento, que o Governo Lula perdeu um grande Ministro, e o Senado da República, um grande Senador. Todos sabemos da capacidade também do Ministro ora indicado, companheiro Tarso Genro, de meu Estado, mas se dependesse de mim, trabalharia muito para que Tarso Genro continuasse no Ministério, na Pasta que mais lhe conviesse; que Cristovam Buarque continuasse também no chamado “primeiro time” do Presidente Lula, e também Eurípedes Camargo, como nosso companheiro de todos os momentos. É uma pena que Eurípedes Camargo não esteja no plenário neste momento. Quando da votação das PECs 67 e 77, Eurípedes Camargo, líder político de Brasília – eu diria uma cidade em que, no mínimo, metade do colégio eleitoral é composto de servidores públicos e de trabalhadores –, teve que optar e optou pelo Governo, votou pela PEC 67. Ao mesmo tempo, trabalhou conosco, Senador Sibá Machado, assim como todos os Senadores aqui presentes trabalharam conosco, neste Senado e na Câmara dos Deputados, para articularmos a votação da PEC 77. E o Senador Eurípedes Camargo me acompanhou por duas vezes à Câmara dos Deputados, inclusive, em uma delas, conversamos com o Presidente João Paulo.

Sr. Presidente, hoje é um dia, para mim, de tristeza. Não gostaria de ver o Senador Eurípedes Camargo sair desta Casa neste momento. E, por uma questão regimental, tive que usar o espaço destinado a S. Ex^a, inclusive já havia me preparado para apartear-lo. Infelizmente a Mesa informa-nos de que, no momento em que o Ministro Cristovam Buarque deixa sua Pasta, de imediato, independentemente da sua presença aqui hoje, o Senador Cristovam Buarque passa a assumir o cargo de titular.

Fica aqui, então, meu abraço, minhas palavras de carinho, de respeito e de admiração pela forma como o Senador Eurípedes Camargo se portou ao longo desse período. Tenho a certeza de que Brasília continua tendo um grande militante, talvez não neste plenário, mas nas ruas, contribuindo para que efetivamente o Distrito Federal tenha o respaldo deste Senador. O Distrito Federal há de dar a S. Ex^a todo esse carinho.

Concedo um aparte ao nobre Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (Bloco/PSB – AC) – Obrigado Senador Paulo Paim, meu nobre amigo. Creio que é impossível deixarmos de registrar o fato que V. Ex^a está trazendo a público neste momento, fato que nos entristece, a todos: a saída do Senador Eurípedes Camargo do nosso convívio formal, porque S. Ex^a terá sempre a possibilidade de estar conosco, contribuindo da forma como vinha fazendo ao longo desse último ano, quando passou no exercício do cargo de Senador. Das grandes pessoas procuro sempre colher as lições, e do convívio com o Senador Eurípedes Camargo pude aprender a seguinte: a grandeza política nem sempre ou raramente se encontra na grandiloquência, nos atos que por vezes aparecem como gestos majestosos. O Senador Eurípedes Camargo, naquela sua modéstia, sua humildade, deu um exemplo, a todos nós nesta Casa, exatamente de grandeza política, defendendo as suas idéias e convicções com firmeza, porém com serenidade, equilíbrio e companheirismo. V. Ex^a bem ilustrou a participação de S. Ex^a, tão importante, por ocasião da tramitação da reforma da Previdência. Impossível deixarmos de agradecer a convivência com esse grande homem público, líder político, como V. Ex^a mencionou, em Brasília e neste País. A lição de grandeza política que S. Ex^a nos deixa, exercitada com absoluta simplicidade, com absoluta modéstia, serve exatamente para que tenhamos a certeza de que são esses sentimentos que reforçam, que nos dão a conotação exata do que é grandeza política. Nossa homenagem ao sempre presente Senador Eurípedes Camargo, bem como nosso agradecimento pela possibilidade de ter convivido com tão brilhante político e homem público do nosso País. Muito obrigado, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço, Senador Geraldo Mesquita Júnior, pelo seu aparte. V. Ex^a enfocou algo que eu nem tinha mencionado: a simplicidade, a humildade. Não se trata de um homem que procure os holofotes, mas foi um grande articulador. Por isso a PEC nº 77 foi aprovada aqui, pelo trabalho de S. Ex^a, como articulador, promovendo o diálogo entre os Líderes, tendo falado com todos, e participei disso com S. Ex^a passo a passo. Portanto, o destaque que V. Ex^a lhe dá é muito merecido. A existência da PEC nº 77 deve-se, claro, à participação dos 81 Senadores, mas muito dela se deve ao Senador Eurípedes Camargo. Por isso, meus cumprimentos pelo seu aparte.

Concedo o aparte ao Senador João Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Eu gostaria de prestar um testemunho sobre o que assisti ontem na TV Câmara. Falo de um documentário sobre a luta dos moradores da Ceilândia pela legalização de seus terrenos. Lá estava o líder popular Eurípedes Camargo, conduzindo uma luta, fundamental, pelo direito à moradia, ainda muito jovem. Convivemos este ano com uma pessoa generosa e articulada politicamente. Durante esse período, S. Ex^a trouxe para cá sua marca de líder popular. É a marca de quem construiu uma liderança no confronto e na luta em defesa dos direitos mínimos do povo migrante, de gente que aqui chegou de todas as regiões do País. S. Ex^a se destaca como líder popular; depois, ingressa no Partido dos Trabalhadores e chega até aqui, compartilhando conosco o primeiro ano desta legislatura, o primeiro ano de governo do Presidente Lula, um ano que marca a história do País que faz um operário chegar à sua Presidência e a esta Casa um líder popular como Eurípedes Camargo. Essa convivência de um ano certamente vai marcar todos nós.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Capiberibe, estou entendendo que este momento da minha fala e os apartes que V. Ex^{as} estão fazendo é, sem sombra de dúvida, uma homenagem merecida ao nosso Senador Eurípedes, já que S. Ex^a não pôde usar a tribuna.

Concedo um aparte, com muita alegria, ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Paulo Paim, não sei se esse era o tema que V. Ex^a queria abordar como eixo central de seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, não era.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas acho que, devido ao momento, é muito importante o que está sendo feito. Cada um de nós tem suas características, suas habilidades, e o estilo do Senador Eurípedes Camargo é impressionante: um jeito simples de agir, de se pronunciar, de tomar suas decisões. S. Ex^a foi um grande companheiro. Mas eu queria fazer um paralelo. Uma decisão como a tomada na sexta-feira pelo Presidente Lula gera saudades e mesmo até algumas incompreensões, mas é, em alguns momentos, muito necessária. Formar o Governo, como um Parlamentar ao montar o seu gabinete, é uma questão de equipe, e uma

equipe é um time que entra em campo e precisa, de certa forma, produzir resultados. Mas nem sempre as coisas funcionam exatamente como previstas inicialmente. Acho que, de certa forma, o Governo estava precisando de uma reforma, embora o trabalho tenha sido muito bem feito. Acho que algumas coisas poderiam ter sido evitadas, mas o que estamos dizendo aqui é que realmente o Senador e ex-Ministro Cristovam Buarque é um grande companheiro e que sua experiência administrativa no Governo do Distrito Federal e na Universidade de Brasília já o colocam como uma pessoa acima de qualquer suspeita. Para nós, é motivo de orgulho conviver com S. Ex^a nesta Casa. E quero também dizer a V. Ex^a do seu companheirismo e da sua capacidade de fazer valer aqui o espírito daqueles que poderiam ser vistos como menos atendidos nesta Casa, sendo um dos baluartes, um dos defensores da causa dos pequenos, dos desassistidos e agora também da questão étnica. Parabéns-o por esse brilhante zelo que tem tido até o momento. Parabéns, Senador!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

É com alegria que vemos aqui no Plenário o Senador Eurípedes Camargo. Se estou falando nesta tribuna é porque, mais uma vez, S. Ex^a teve a grandeza, já que o Regimento não permitia, de me ceder o espaço, como me cedeu diversas vezes em que eu precisava colocar uma posição muito dura, por muitos não compreendida, em relação à reforma da Previdência.

Eu dizia, Senador Eurípedes Camargo, da sua articulação para que fosse aprovada a PEC nº 77 e de quantas vezes V. Ex^a se dirigiu a mim, dando-me parabéns pelo trabalho de negociação. Mas V. Ex^a não dizia isso simplesmente para me agradar, e sim para me incentivar, para que eu continuasse negociando e não chegasse ao extremo de sair do Partido. Inúmeras vezes V. Ex^a conversou muito comigo, dando-me conselhos inclusive, afirmando que era fundamental negociarmos a PEC nº 77. E V. Ex^a deu sua contribuição, indo comigo conversar com os Líderes, para esse grande entendimento.

Então, na verdade, o que estou fazendo neste momento é reconhecer a sua liderança. Brasília, sem sombra de dúvida, tem homens como o Senador Cristovam Buarque, que é um grande líder, e, graças a Deus, tem homens como V. Ex^a, que, como eu dizia

antes de V. Ex^a estar aqui, inclusive assumiu a sua negritude. Sabemos – e sei que falo hoje para grande parte do Brasil – que nem todos os negros assumem a sua negritude, e nós temos muito orgulho de dizer que assumimos a nossa negritude e por isso defendemos a política de cotas. Sabemos que essa é uma matéria controversa, mas achamos importante o debate. E estamos fazendo um bom debate.

Casualmente, meu pronunciamento de hoje é sobre a política de cotas, que não vou deixar de defender, porque entendo que é um processo que permitirá de fato a inclusão. Se todos os dados mostram que não chega a 2% o número de negros nas universidades, existe algum problema. Se todos os dados mostram que no setor executivo, mesmo na área privada, esse número não chega a 10%, sendo os negros 48% da população, é preciso que se trabalhe para essa inclusão. Por isso, o pronunciamento de hoje tem um pouco a ver com a sua história, com a minha história, com essa caminhada do povo negro, de todos aqueles que são, de uma forma ou de outra, discriminados.

Em resumo, Sr. Presidente, sei que não será permitido mais que eu possa ler na íntegra meu pronunciamento, que acaba, na verdade, fazendo um elogio à política de cotas usada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pela Universidade de Brasília, pela Universidade Federal da Bahia e tão usada nos Estados Unidos, sempre tido como país referência para o chamado bloco capitalista. Por que lá a política de cotas foi usada e deu certo e aqui não poderia sê-lo?

Eu poderia falar do trabalho realizado pela equipe interministerial, que aprofundou o debate. Pelo que percebia, até medidas provisórias seriam editadas nesse sentido, contudo, de uma hora para outra, parece-me que o Governo parou para pensar e as medidas provisórias não foram encaminhadas. Tratava-se de uma política de cotas sem percentual definido, mas, pelo menos, era um incentivo para que as universidades, públicas e privadas, se debruçassem sobre um assunto tão importante para que a comunidade negra tivesse acesso à universidade.

Digo mais, Sr. Presidente, estou um pouco preocupado porque vi, há cerca de uma semana, um recuo do Governo no que tange ao debate da política de cotas. Já estou preocupado com o Estatuto da Igualdade Racial, que trata da terra dos remanescentes

dos quilombos, da saúde, da educação, da habitação, do acesso ao trabalho e de cotas nas mais variadas áreas. Estou preocupado até em relação à mídia. Mas vou torcer, naturalmente, para que o Estatuto da Igualdade Social, que encaminhei a esta Casa há mais de cinco anos, que está pronto para ser votado, não seja posto na gaveta, de uma hora para outra.

Será um retrocesso enorme se não avançarmos nessa área, já que todas as pesquisas mostram que efetivamente, no Brasil, o preconceito, o racismo é muito forte.

Senadora Serys Slhessarenko, sei que V. Ex^a atua muito não apenas na questão dos negros, mas das chamadas minorias. Não que os negros sejam minoria, pois representam 48% da população; e em as mulheres, que são mais de 51%. Mas são chamados de minorias, embora nós discordemos dessa tese. Pelo contrário, nós estamos fazendo política pensando também nessa maioria. Por isso, espero pelo Estatuto da Igualdade Racial, que está pronto para ser votado nesta Casa e também na Câmara dos Deputados. Aqui o Relator da matéria, Senador César Borges, já emitiu parecer favorável. Na Câmara, o Deputado Reginaldo Germano, do PFL, já proferiu relatório com parecer também favorável. Espero que esse importante projeto seja aprovado rapidamente.

Deixo claro que aqui não faço crítica alguma às palavras do Ministro do meu Estado. Alguém poderia fazer essa ligação, pois estou elogiando o Ministro Cristovam Buarque, que sai, e o trabalho do meu companheiro Senador Eurípedes Camargo. E, devido às matérias do fim de semana, pode-se imaginar que eu esteja fazendo, no mínimo, uma reflexão sobre as palavras do meu amigo pessoal, meu candidato a Governador – S. Ex^a foi candidato a Governador e eu, ao Senado, mas, infelizmente, a vitória foi para o hoje Governador Germano Rigotto. Mas não se trata disso.

Entendo que o Ministro Tarso Genro, na declaração desse fim de semana, quis apenas situar que o debate da política de cotas precisa ser aprofundado. Já vínhamos fazendo o debate com o Ministro Cristovam, então, que não passe a impressão de estar criticando o Ministro recém-nomeado. Pelo contrário. Considero-o também um intelectual extremamente preparado e que haverá de fazer um belo trabalho, como vinha fazendo, sem sombra de dúvida, o Ministro Cristovam Buarque, pelo qual tenho o maior carinho e respeito até pelo trabalho que S. Ex^a vinha de-

sempenhando no Proep, Programa de Expansão da Educação Profissional. Haverá neste País milhões de trabalhadores preparados para enfrentar a disputa no mercado de trabalho via Proep, que o companheiro Aldo está a coordenar como Diretor dessa Pasta tão importante. Tenho certeza de que vai continuar seu trabalho também na linha da postura correta e adequada, que sempre acompanhei, do hoje Ministro da Educação, Tarso Genro.

Reitero, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que vamos continuar lutando pela política de cotas, até porque está avançando. Quando iniciamos esse debate, há cerca de 10 anos, todos diziam que ele não tinha nenhuma possibilidade de se tornar realidade. Hoje, já se percebe que, nos próprios programas de televisão, tem havido aumento do número de negros, como na novela que será exibida às 19 horas pela TV Globo a partir de hoje, cujo papel principal caberá à atriz negra Taís Araújo, o que será fundamental para o grande debate em nível nacional da luta contra o preconceito. Portanto, estamos avançando.

Falamos muito da política de cotas nas universidades, inclusive nos Estados Unidos. Naquele país, a política de cotas teve grande avanço porque sua população negra é em torno de 11%. Hoje, sem sombra de dúvidas, essa cota já foi ultrapassada. O número de negros na universidade e na participação da mídia é muito mais do que 11%, então o problema foi superado. Os próprios negros não estão mais a defender políticas de cotas. No Brasil, sonhamos, quem sabe, daqui a cinco ou dez anos, dizer: nós não queremos mais políticas de cotas, pois já ultrapassamos a barreira. Mas enquanto esse quadro não for real, temos que continuar lutando pelas políticas afirmativas, políticas reparatórias. E a política de cotas é um dos meios para atingir esse objetivo.

Sr. Presidente, peço que seja publicado na íntegra o meu pronunciamento, que trata da importância da política de cotas, já adotada em inúmeras universidades federais brasileiras. Já há universidades particulares também adotando o procedimento, mostrando que é um caminho. Todos viram as críticas ocorridas, em um primeiro momento, na Universidade do Rio de Janeiro. Os atuais resultados demonstram que, praticamente, os alunos qualificados em primeiro lugar foram aqueles que tiveram acesso à universidade exatamente pela política de cotas. Eles souberam ocupar o espaço, prepararam-se e vão formar-se naturalmente. Eu não digo que sejam melhores, mas

possuem a mesma capacidade dos outros estudantes que não são negros.

A assessoria recorda-me o nome da novela que começa hoje, que quero aqui também cumprimentar. Chama-se “Da Cor do Pecado” e conta a história de um romance entre uma mulher negra, encenada por Taís Araújo, e um homem branco, que é o Reynaldo Gianecchini. É lógico que é importante esse debate. E por que eu trago para esse debate o elogio à TV Globo? Porque não me esquecerei jamais de que o Estatuto do Idoso foi aprovado, fundamentalmente, em razão do debate que ocorreu no horário privilegiado das 20 horas sobre a realidade dos idosos no nosso País. É claro que um debate em horário nobre ajuda, pois movimenta a sociedade. Isso influenciou muito na aprovação do Projeto do Estatuto do Idoso, como, tenho certeza, essa novela também – “Da Cor do Pecado” – levará esse grande debate à Nação, para provar se existe ou não racismo.

Não se trata apenas de provar o não, pois todos sabemos que existe. Temos é de trabalhar para extinguir, de uma vez por todas, essa posição, na nossa história, daqueles que são preconceituosos e racistas.

Sr. Presidente, deixo o meu pronunciamento na certeza de que estamos a avançar na matéria. O Governo Lula há de sancionar o Estatuto da Igualdade Racial ainda este ano. Eu gostaria que fosse no dia 21 de março, mas que seja ainda este ano. E no Estatuto da Igualdade Racial está contemplada a política de cotas.

Era o que tinha a dizer. Obrigado.

SEGUE PRONUNCIAMENTO NA ÍNTEGRA DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

PRONUNCIAMENTO DO SENADOR PAULO PAIM (PT – RS) SOBRE RECUO DO GOVERNO FEDERAL NA ADOÇÃO DE COTAS NO ENSINO SUPERIOR

26-12-04

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores,

Os jornais divulgaram, na semana passada, um recuo do Governo Federal na questão das cotas nas universidades públicas. O governo alegou, segundo o noticiário, a necessidade de ampliar o debate antes de editar medida provisória que autorizaria universidades federais a adotarem as cotas a partir deste ano.

O Governo Federal está cometendo um grave equívoco. Combate-se resistência com política pública. Se há focos de resistência às ações afirmativas, eles devem ser enfrentados com a implementação das políticas. E não fugindo delas.

O debate sobre cotas e ações afirmativas em prol da população negra, que se arrasta há anos, já produziu, além de opiniões contrárias, experiências concretas bem-sucedidas.

No final do ano passado, exatamente no dia 15 de dezembro de 2003, estivemos nesta tribuna para falar sobre uma pesquisa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) sobre o desempenho dos alunos cotistas.

Dizíamos então que, ao contrário das previsões negativas dos adversários das cotas para afro-brasileiros, os dados da pesquisa mostravam que os alunos que chegaram à Uerj pelas cotas tiveram um rendimento superior e taxa de evasão menor em relação aos demais estudantes.

A pesquisa da Uerj não foi comentada em editoriais. Ninguém se debruçou sobre os dados divulgados pela Uerj. Porque eram dados positivos, que mostravam que os alunos cotistas tinham obtido um rendimento acadêmico superior aos não –cotistas. Dados que mostravam que as ações afirmativas não vão baixar o nível dos cursos superiores no Brasil.

Desde o mês de dezembro, quando ficou pronto o relatório do Grupo de Trabalho Interministerial para tratar do tema, uma bem articulada reação retomou seus argumentos cegos por meio de importantes veículos de nossa mídia.

O que está propondo o Grupo de Trabalho é a criação de um programa de ações afirmativas para acesso e permanência de negros nas instituições públicas de educação superior.

O que está propondo o grupo de trabalho é que o Governo Federal autorize e incentive a criação, pelas instituições de educação superior e de educação profissional e tecnológica, de um sistema especial de reserva de vagas ou cotas, dentre outras espécies de ações afirmativas, para o acesso e permanência de estudantes negros.

O que está propondo o grupo de trabalho é a criação de uma Comissão permanente de Políticas de Ações afirmativas no Ensino Superior da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Tudo perfeitamente de acordo com a proposta de governo que saiu vitoriosa das urnas. Tudo perfeitamente de acordo com o programa “Brasil sem Ra-

cismo”, com o qual se atraiu o voto negro. Todas as pesquisas eleitorais com recorte racial foram unânimes em demonstrar que os negros votaram no Presidente Lula.

Votaram numa proposta de desenvolvimento social e econômico com inclusão. Proposta que no Brasil só pode ser realmente implementada se colocar como seu núcleo central de prioridades a superação das desigualdades raciais.

E não apenas os negros querem as ações afirmativas. A consciência social brasileira avançou e amadureceu. O recuo do Governo Federal reverte expectativas já consolidadas na sociedade.

O Grupo de Trabalho Interministerial, por meio de consulta por escrito, obteve resposta de treze universidades que estão em processo de discussão para efetiva implementação de ações afirmativas em benefício da população negra. A Universidade de Brasília, a primeira instituição federal a adotar o sistema de ações afirmativas, implantará o sistema de cotas a partir do vestibular de julho deste ano.

Parte expressiva da sociedade brasileira entende que sem o acesso de todos à educação, não é possível falarmos de igualdade oportunidade e de efetiva democracia.

Esta Casa sabe bem disso e aprovou o projeto do Senador Sarney estabelecendo cotas para afro-brasileiros nas instituições federais. O projeto foi aprovado no Senado e, na Câmara, foi incorporado ao Estatuto da Igualdade Racial.

O estatuto já entrou em seu quinto ano de tramitação. O Governo Lula levou todo o ano passado examinando o estatuto, retirado da pauta de votação do Plenário da Câmara.

Com o recuo dessa semana, estamos temendo pelo futuro deste projeto. O estatuto trata de educação, saúde, mercado de trabalho, meios de comunicação, terra, cultura, religião. É um conjunto articulado de políticas para garantir a participação dos afro-brasileiros, em condições de igualdade de oportunidades, na vida econômica, social política e cultural do País.

Senador Paulo Paim.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Shhessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Com a palavra o Senador Eduardo Siqueira Campos, por cessão do Senador Mozarildo Cavalcanti.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos, Senador.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado FM e em ondas curtas, profissionais da imprensa que cobrem os trabalhos desta Casa da tribuna da imprensa, da tribuna de honra e também das galerias, nesta sessão não deliberativa do Senado Federal, aproveito a presença de uma professora ilustre, hoje Senadora pelo Estado de Mato Grosso, Senadora Serys Slhessarenko, do Partido dos Trabalhadores, integrante, portanto, da base aliada do Governo, a presença do Senador Paulo Paim e do nobre Senador Eurípedes Camargo, para dizer, assim como o fiz da direção dos trabalhos, que foi efetivamente uma honra ter convivido com o Senador Eurípedes Camargo. Sem dúvida nenhuma, terá sido também uma honra para o Senador Cristovam Buarque ter exercido, por esse período as funções de Ministro da Educação e ter ensejado não só ao povo do Distrito Federal, mas também a esta Casa e a S. Ex^a um convívio tão rico e tão proveitoso.

A substituição de um Ministro por outro é, no meu entendimento, um ato da rotina de quem exerce o poder, ainda mais tendo em vista o grau de complexidade da função de presidir os interesses da sociedade brasileira ao exercer o mandato de Presidente da República. Essas mudanças se fazem necessárias por razões diversas.

Entretanto, quero destacar alguns aspectos que envolvem a educação. Ainda que não esteja no exercício do magistério há muitos anos, já disse, mais de uma vez, desta tribuna que cursei Pedagogia. Guardo a minha carteira do MEC e, sem dúvida nenhuma, preocupo-me com os aspectos que envolvem a educação.

Em primeiro lugar, quero dizer que conheço há muitos anos o Professor Cristovam Buarque. É assim que ele gosta de ser chamado e é assim que é conhecido em Brasília, no País e no exterior. Homem de caráter e formação indiscutíveis, humilde, digno, extraordinário professor, extraordinário homem público, honrou a população do Distrito Federal como seu Governador e honra o mandato de Senador que breve exercerá nesta Casa. Não o fez num primeiro momento porque foi escolhido Ministro da Educação.

Quando estive em Palmas, ocasião em que estive presente, o Ministro Cristovam Buarque se com-

prometeu com os estudantes e com a comunidade científica educacional do nosso Estado um compromisso com relação ao combate ao analfabetismo.

Tenho certeza de que o competente Ministro Tarso Genro vai incluir na sua agenda e nos seus compromissos com a nação a priorização do combate ao analfabetismo, que afeta as camadas mais pobres, seguramente de grande maioria negra como são de grande maioria negra os presos, os mais necessitados, os mais miseráveis deste País. Portanto, tão justificada é a luta de V. Ex^a, Senador Paulo Paim, e de V. Ex^a, Senador Eurípedes Camargo, entre outros Senadores, que V. Ex^{as} atuam nesta Casa tendo essa preocupação com as parcelas mais pobres da nossa sociedade.

Portanto, reconheço que o Senador Cristovam Buarque teve, em sua breve passagem pelo Governo, atuação impecável como homem sério e determinado. Registro ainda, fazendo uma análise política da saída de S. Ex^a, que mais importantes são a humildade e o reconhecimento expressos nas palavras do Ministro ao deixar o cargo.

Um Ministro da Educação não pode, necessariamente, pertencer a um núcleo que não seja o núcleo duro do Governo. Sem dúvida nenhuma, é preocupante que o Ministro de uma pasta tão importante não seja considerado integrante do núcleo duro do Governo. Sr^a Presidente, essa história começa a não ficar bem. É difícil reconhecermos que existe um núcleo duro e outro que, se não é duro, é necessariamente o núcleo mole do Governo. Na interpretação da população, mole é aquele que não tem energia, eficácia, reconhecimento, conhecimento, competência. Quero crer que o Presidente da República, a começar por S. Ex^a, não reconhece que, no seu Ministério, existe um núcleo mole, principalmente na área de Educação.

Sr^a Presidente, destaco a humildade do Professor Cristovam Buarque ao reconhecer que não tinha, na esfera do Governo, a relação, o reconhecimento, o contato direto que a área da Educação merece. Ora, se não lhe faltam atributos, como conhecimento e dignidade, fez bem o Ministro em dizer que considera saudável sua saída. S. Ex^a formula ao seu sucessor votos de que tenha, no mínimo, o contato direto que deve ter o Ministro de uma área tão importante.

Reconheço ser o Ministro Tarso Genro, de quem fui colega na Câmara dos Deputados, um homem de grande talento, competente e digno, que tem uma história, embora não seja na área da educação, uma militância e uma passagem administrativa irretróccavel. Desejo a S. Ex^a não só que seja um competen-

te Ministro da Educação, mas também que integre o núcleo duro do Governo.

Não sei se essa providência será afeta ao Ministro da Saúde, mas gostaria de sugerir que o Presidente da República determine, se a indústria farmacêutica já o fez, (???) à área competente para esse fim que não haja no Governo núcleo mole ou núcleo duro. Que todos sejam integrantes do núcleo duro.

Sr.^a Presidente, o PSDB tem tido um comportamento sem nenhum reparo como Oposição e ajudou a construir as reformas que o Governo prometeu à sociedade. Não corremos o risco de ser candidatos a Ministro, pois não integraremos o Governo. Não pedimos cargos. Por não correremos esse risco, não estamos sob suspeição. Como fomos parceiros do Governo nos momentos mais difíceis portando-nos como Oposição construtiva, sobra-nos autoridade para dizer que queremos um Governo totalmente ocupado por integrantes do núcleo duro, por pessoas competentes e reconhecidas. Senão poderemos chegar à conclusão de que há assuntos que não merecem Ministério e pessoas que não merecem ser Ministros, mas, em função de uma derrota eleitoral ou de uma composição política, ocupam o cargo.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Eduardo Siqueira Campos, concede-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Senador Edison Lobão, com grande honra, concederei o aparte a V. Ex.^a assim que concluir o raciocínio.

Como cidadão, fico um pouco preocupado quando vejo uma pessoa pretender ser Ministro do Trabalho ou da Previdência ou ainda, de uma hora para outra, ter algum cargo na área social, como, por exemplo, na educação.

Algumas barreiras e alguns preconceitos a respeito da gestão pública caíram durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. Nós brasileiros aprendemos que podemos ter o melhor Ministro da Saúde do mundo, reconhecido por uma entidade internacional insuspeita – tivemos o melhor Ministro da Saúde –, embora não seja médico. Basta que seja um bom gestor, como o foi o Ministro José Serra. Penso que nem mesmo aqueles que não votaram em S. Ex.^a para Presidente da República deixam de reconhecer que foi um bom Ministro da Saúde. O Ministro José Serra mereceu elogios da tribuna desta Casa por parte de Senadores como, por exemplo, o médico Senador Tião Viana, integrante da Oposição construtiva na época, que destacou avanços importantes conquistados por S. Ex.^a Hoje o Senador Tião Viana integra a

base construtiva do Governo, sem dúvida alguma, para a honra de seus eleitores e do próprio Governo. Hoje já não existe a preocupação de que para ser um bom Ministro da Saúde é preciso ser médico. Espero que Tarso Genro, pessoa não ligada à área da educação, seja, sim, um grande gestor para a educação, incluindo em pauta as preocupações do Ministro Cristovam Buarque e que também discuta a reforma universitária, tão necessária.

Concedo um aparte do Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex.^a faz uma homenagem ao Senador Cristovam Buarque, à qual também me associo. Manifesto igual preocupação com o que possa ocorrer com a educação no seu Estado e em Palmas, por conta das promessas feitas por S. Ex.^a, que agora deixa o Ministério da Educação. Também sigo nessa linha de preocupações que tem V. Ex.^a, porque tenho um amor muito grande pelo seu Estado, o Tocantins. Sei da luta do seu pai, o Governador Siqueira Campos, e da que está tendo o Governador Marcelo, sucessor dele, de V. Ex.^a, como Senador, dos demais Senadores da Bancada do Tocantins para a instalação de uma universidade naquele Estado. Ora, o Tocantins é um Estado recém-criado. Palmas agiganta-se recebendo brasileiros de todos os Estados a todo momento. É a cidade que mais cresce no Brasil atualmente. Temos todos – eu, como maranhense – o dever de zelar pelo futuro da educação no Estado de Tocantins. Eu tenho essa preocupação. Sei quantos maranhenses se transferem para o seu Estado em busca de uma oportunidade melhor, naturalmente, imaginando que também seus filhos possam ter uma escola em que possam estudar com todas as possibilidades. Manifesto, portanto, a minha preocupação com as promessas do Ministro Cristovam Buarque, que tantas esperanças abriram, mas estou na persuasão, no convencimento de que o Ministro Tarso Genro haverá de honrar também essas promessas. S. Ex.^a não vai ao Ministério da Educação para ser contra aquilo que foi feito de bom, ou prometido pelo seu antecessor; S. Ex.^a vai para abrir novas esperanças e para cumprir aquilo que havia sido prometido legitimamente pelo seu antecessor. Essa é não só a minha palavra de solidariedade a V. Ex.^a e ao Senador Cristovam, mas também para fixar aqui a minha convicção de que o Ministro Tarso Genro cumprirá tudo aquilo que se imagina que possa fazer de bom no Ministério da Educação.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Agradeço a V. Ex.^a, Senador Edison Lobão, sem dúvida alguma uma das maiores expe-

riências desta Casa, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ex-Governador do Maranhão, Senador de vários mandatos, com passagem pela Câmara dos Deputados, com passagem por lideranças de partidos, enfim, V. Ex^a é um homem público que conhece este País. É reconhecidamente um grande gestor público, tendo em vista a passagem que teve pelo Governo do Estado de Maranhão. Gostaria também de não só dar as boas-vindas ao Ministro, hoje e sempre, nosso Senador Cristovam Buarque, como também corroborar a sua expectativa de que um homem da competência de Tarso Genro não venha a ter uma atuação que não seja a mais eficaz, principalmente numa área fundamental como é a da Educação.

O Ministro Tarso Genro já assume o Ministério da Educação, Senador Edison Lobão, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, colocando um tema polêmico, difícil, importante, que é o da reforma do sistema universitário brasileiro.

Houve um congresso da UNE em 1962, se eu não estiver enganado, do qual participou, por exemplo, o Professor Osvaldo Della Giustina, que já foi Reitor da Universidade de Santa Catarina, já foi Reitor da Universidade de Tocantins, a Unitins, estadual, já foi membro de todas as comissões que estudaram as reformas universitárias no País. E me dizia que todos os problemas relacionados à reforma das universidades públicas ou do sistema universitário apresentados em 1962 continuam os mesmos e que de lá para cá nada mudou. Ou seja, o sistema apenas aprofunda a crise, agravando os problemas, principalmente no que se refere a um saudável crescimento da população brasileira nas faixas jovens, de 14, 16, 18, 24 anos. Existe um crescimento muito grande nessa faixa, mas o IBGE aponta que os jovens brasileiros, principalmente negros, na faixa de 18 a 24 anos, estão desaparecendo de nossas estatísticas em função da pobreza, da miséria e da violência nos grandes centros urbanos. Esses são os que não chegam aos centros universitários.

Portanto, existe um modelo educacional concebido que coloca na universidade pública os filhos da classe média alta que estudam em cursos particulares e empurra para o sistema privado os que trabalham o dia todo, já possuem mais de 30 anos e buscam no período noturno o complemento de sua educação, que vem do antigo curso denominado Madureza. Tenho a impressão de que a grande maioria dos Senadores, não diria pela idade, mas pela experiência, sabe do que estou falando. A grande maioria da população pobre do País que não pode cursar o pri-

meiro e o segundo graus acaba nesse sistema complementar de ensino, adquirindo o diploma de primeiro e de segundo graus. Essas pessoas efetivamente não conseguem se credenciar com o sistema do vestibular. Ele é altamente seletivo. Acompanhamos nas propagandas de cursinhos, quando dizem cursinho tal e tal, das 25 vagas, 23 aprovados; ou seja, ali está dito que ou o pai tem dinheiro para pagar o ensino do seu filho num curso de qualidade, privado e particular para ingressar no sistema público e não pagar mais nada, ou ficam os filhos da pobreza, das classes menos favorecidas, com um único recurso para o complemento dos seus estudos: as redes privadas de ensino superior, para o qual não têm financiamento, para o qual o Governo não tem um modelo que lhes permita estudar.

Quero ouvir V. Ex^a, Senador João Capiberibe, tendo a certeza de que V. Ex^a há de complementar o pronunciamento que faço, conhecedor que é também da área da educação, tendo sido Governador do seu Estado.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Senador Eduardo Siqueira Campos, na verdade, já que V. Ex^a está fazendo um discurso que é um diagnóstico da paralisia da educação nacional, é fundamental que possamos identificar para a sociedade brasileira onde está o gargalo, onde está engarrafado esse processo de desenvolvimento do nosso País. O Brasil, repito com muita frequência isso aqui e acho que é importante que todos tenhamos muita consciência do que representamos na economia internacional: o Brasil está entre os dez países com maior PIB, com uma carga tributária significativa, quase 37%. Portanto, um País produtivo, com uma estrutura de produção muito forte. Mas tudo o que produzimos é para pagar juros e serviços da dívida. Para 2004, vamos ter 35 bilhões no orçamento da educação. Quando pesquisamos um **site na Internet**, vamos ao item juros e encargos da dívida: 183 bilhões. Pronto, está explicado, não há mais o que discutir. O que impede a sociedade de atingir um grau de desenvolvimento que possa contemplar todos com universidade pública, com educação de qualidade, como fizeram e ainda fazem os europeus, é a falta de autonomia sobre nossa política econômica, ou seja, estão nos roubando a oportunidade de desenvolver o nosso País, porque não temos essa autonomia. Como Senadores, sabemos, conhecemos o diagnóstico e temos a obrigação de esclarecer neste plenário. Temos que identificar onde está o entrave e buscar alternativas. Temos que criar uma comissão para analisar essa dívida. Precisamos liberar mais recursos para esses investimentos im-

prescindíveis como é o caso da educação, do desenvolvimento da pesquisa na área de Ciência e Tecnologia. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Agradeço V. Ex^a.

Sr^a Presidente, para concluir, quero manifestar aqui a minha esperança e a minha preocupação. Minha esperança de que vamos retomar esse debate. O Ministro José Dirceu já havia anunciado que iria propor uma ampla discussão sobre a reforma universitária e foi criticado por isso. Esse é um assunto melindroso.

Tenho defendido, nesta Casa, que se deixe essa decisão para Governo, que tem a responsabilidade de repensar o ensino público, tem a responsabilidade de repensar o País – ganhou a eleição com esse compromisso, e creio que o esteja fazendo. Digo sempre que não me sinto menos oposição ao dizer que reconheço nos Ministros José Dirceu, Antonio Palocci, Luiz Gushiken, Ciro Gomes, Márcio Thomaz Bastos, pessoas de mais alta qualificação, como também o Ministro do Desenvolvimento Agrário. Digo sempre que temos 40 ministros – e incluo na relação, desde já, o Ministro Tarso Genro –, e aqueles são os ministros do núcleo duro, que são, reconhecidamente, bons ministros.

Felicitó o Governo por trazer para o núcleo duro a área da educação. Se não estava nesse núcleo, não foi por falta de competência do Ministro Cristovam Buarque. Ele mesmo disse que não sentia intimidade com o poder, ou seja, não era daqueles ministros que eram recebidos, com mais frequência, pelo Presidente da República e, nem sequer, atendido. Ao contrário, o ministro fez fama por reclamar verbas para a educação, mas, embora com o nosso apoio, fazia reclamações públicas, o que, de uma certa forma, demonstra que não havia um entrosamento da área da educação com o Governo.

Se é assim, Sr^a Presidente, melhor que tenha mudado, melhor que venha o Professor Cristovam Buarque de volta para essa Casa, pois tem muito com que contribuir, ainda que com o forte prejuízo, para nós e para Brasília, da saída do Senador Eurípedes Camargo, que deixa saudades nesta Casa, desde já.

Entretanto, tenho certeza de que essa modificação é vista como um ato normal da Administração Pública. Se não havia, dentro do Governo, um entrosamento da área da educação com o Presidente da República, que se faça mudança. E espero, Sr^a Presidente, que o Ministro Tarso Genro, o qual vem com uma proposta de discutir o modelo, traga a fórmula

que seja, mas não precisaremos acabar com a universidade pública gratuita neste País; ao contrário, alocaremos mais recursos, aumentaremos a pesquisa e o acesso das pessoas para as quais esse modelo não faz distinção, a não ser no debate das quotas. Também me sinto muito pouco à vontade. Eu gostaria que a população tivesse acesso ao ensino público gratuito – negros, pobres, menos ou mais favorecidos –, e que houvesse um sistema justo, um sistema abrangente.

Definitivamente, enquanto o Poder Público não for competente e não tivermos um modelo de tal sorte abrangente, continuaremos com a realidade perversa de ver os nossos estudantes, principalmente os pobres, os de menor condição, os das classes mais baixas, indo de ônibus para as escolas privadas, pagando aquilo que não podem pagar sem um modelo de financiamento, enquanto continuam a ganhar carro zero os filhos daqueles que poderiam pagar alguma coisa, mas que estão freqüentando as escolas públicas – o estacionamento, a propósito, é um dos problemas da UnB, sem falar na falta de verbas para pesquisa.

Quero concluir, Sr^a Presidente, defendendo a ampliação do sistema público de ensino. Não precinizemos o fim da universidade pública gratuita, mas encontremos, enquanto isso, uma forma rápida de financiar os estudos das classes menos favorecidas.

O debate está exposto. Está de volta a esta Casa o Prof. Cristovam Buarque, para dar continuidade a este debate, desta tribuna que o povo lhe conferiu. E é bem-vindo ao núcleo duro do Governo o Ministro Tarso Genro, em quem deposito as esperanças de que esta Casa venha a discutir uma ampla reforma no sistema universitário brasileiro.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Sobre a mesa, comunicação que passo a ler.

É lida a seguinte:

Em, 26 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em obediência ao disposto no art. 139, inciso II, do Regimento Interno, que nesta data 23-01-2004 me afastado do exercício do mandato de Senador pelo Estado Rondônia a fim de, nos termos do art. 56, I, da Constituição, assumir o cargo, para o qual fui nomeado, de Ministro de Estado da Previdência.

Atenciosas saudações,
Senador **Amir Lando**.

TERMO DE POSSE

Na presente data, perante o Excelentíssimo Senhor _____

Presidente da República

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

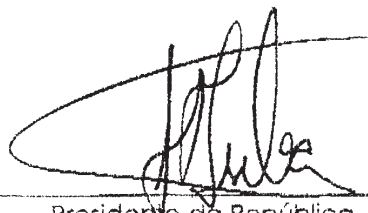
, toma posse
no cargo de Ministro de Estado da Previdência Social

o Senhor **AMIR FRANCISCO LANDO**

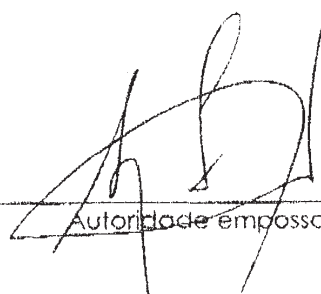
, nomeado por Decreto de 23 / 01 / 2004, Diário Oficial de 23 / 01 / 2004, tendo sido prestado o compromisso de exatidão no cumprimento dos deveres, bem como estrita observância às normas vigentes do Código de Conduta da Alta Administração Federal.

Cumpridas as formalidades legais, lavrou-se o presente termo para assinatura do Senhor Presidente da República e da Autoridade empossada.

Brasília, 23 de janeiro de 2004



Presidente da República



Autoridade empossada

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**DECRETOS DE 23 DE JANEIRO DE 2004**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso I, da Constituição, resolve

EXONERAR

RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI do cargo de Ministro de Estado da Previdência Social.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso I, da Constituição, resolve

NOMEAR

AMIR FRANCISCO LANDO, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência Social.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Márcio Thomaz Bastos

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**DECRETOS DE 23 DE JANEIRO DE 2004**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso I, da Constituição, resolve

EXONERAR, a pedido,

MIRO TEIXEIRA do cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso I, da Constituição, resolve

NOMEAR

EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Márcio Thomaz Bastos

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**DECRETOS DE 23 DE JANEIRO DE 2004**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 1.565, de 5 de setembro de 1939, regulamentado pelo Decreto nº 44.721, de 21 de outubro de 1958, e na Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, resolve

DESIGNAR

a seguinte delegação para acompanhá-lo em sua visita à República da Índia, incluindo trânsito, no período de 23 a 29 de janeiro de 2004: Senhora MARISA LETÍCIA LULA DA SILVA (sem ônus); Embaixador CELSO AMORIM, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

Senhor LUIZ FERNANDO FURLAN, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

Senhor GUIDO MANTEGA, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;

Senhor WALFRIDO MARES GUIA, Ministro de Estado do Turismo;

Senhora SHEILA MARES GUIA (sem ônus);

Senhor ROBERTO REQUIÃO, Governador do Estado do Paraná;

Senhora MARISTELA DE MELLO E SILVA (sem ônus);

Senhor JOSÉ ORCIRIO MIRANDA DOS SANTOS, Governador do Estado do Mato Grosso do Sul;

Senhora GILDA MARIA GOMES DOS SANTOS (sem ônus);

Embaixadora VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO, Embaixadora do Brasil junto à República da Índia; e

Senhor RONALD MACHADO;

CONVIDADOS ESPECIAIS:

Senhor EDUARDO DUHALDE, Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL;

Embaixadora LEILA RACHID, Ministra de Relações Exteriores da República do Paraguai;

Embaixador CEFERINO VALDEZ, Diretor de Ásia do Ministério das Relações Exteriores da República do Paraguai;

Embaixador EDUARDO SIGAL, Subsecretário de Integração Americana e Mercosul da República Argentina;

Embaixador GUSTAVO VANERIO, Diretor-Geral de Integração da República Oriental do Uruguai;

Doutora NANA MIURA IKARI;

Doutor OSCAR YOSHINORI IKARI; e

Senhor LUIZ VERDI.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Celso Luiz Nunes Amorim

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 1.565, de 5 de setembro de 1939, regulamentado pelo Decreto nº 44.721, de 21 de outubro de 1958, e na Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, resolve

DESIGNAR

a seguinte comitiva oficial para acompanhá-lo em sua visita à cidade de Genebra, incluindo trânsito, no período de 27 a 31 de janeiro de 2004:

Senhora MARISA LETÍCIA LULA DA SILVA (sem ônus);

Embaixador CELSO AMORIM, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

Senhor ANTÔNIO PALOCCI, Ministro de Estado da Fazenda;

Senhor ROBERTO RODRIGUES, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

Senhor LUIZ FERNANDO FURLAN, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

Senhora DILMA ROUSSEFF, Ministra de Estado de Minas e Energia;

Senhor GUIDO MANTEGA, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;

Senhor AGNELO QUEIROZ, Ministro de Estado do Esporte;

Senhor WALFRIDO MARES GUIA, Ministro de Estado do Turismo;

Senhora SHEILA MARES GUIA (sem ônus);

Senhor ROBERTO REQUIÃO, Governador do Estado do Paraná;

Senhora MARISTELA DE MELLO E SILVA (sem ônus);

Senhor JOSÉ ORCIRIO MIRANDA DOS SANTOS, Governador do Estado do Mato Grosso do Sul; e

Senhora GILDA MARIA GOMES DOS SANTOS (sem ônus);

CONVIDADOS ESPECIAIS:

Doutora NANA MIURA IKARI; e

Doutor OSCAR YOSHINORI IKARI.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Celso Luiz Nunes Amorim

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**DECRETO DE 23 DE JANEIRO DE 2004**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso I, da Constituição, resolve

NOMEAR

PATRUS ANANIAS DE SOUSA, para exercer o cargo de Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Márcio Thomaz Bastos

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**DECRETOS DE 23 DE JANEIRO DE 2004**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso I, da Constituição, resolve

EXONERAR

JACQUES WAGNER do cargo de Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso I, da Constituição, resolve

NOMEAR

RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, para exercer o cargo de Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Márcio Thomaz Bastos

GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E COMBATE À FOME**DECRETO DE 23 DE JANEIRO DE 2004**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso I, da Constituição, resolve

EXONERAR, a pedido,

JOSÉ FRANCISCO GRAZIANO DA SILVA do cargo de Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO POLÍTICA E ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**DECRETO DE 23 DE JANEIRO DE 2004**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso I, da Constituição, resolve

NOMEAR

JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO, para exercer o cargo de Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Márcio Thomaz Bastos

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**DECRETOS DE 23 DE JANEIRO DE 2004**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XXV, da Constituição, resolve

EXONERAR, a pedido,

EMÍLIA THEREZINHA XAVIER FERNANDES do cargo de Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XXV, da Constituição, resolve

NOMEAR

NILCEA FREIRE, para exercer o cargo de Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Márcio Thomaz Bastos

SECRETARIA ESPECIAL DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**DECRETOS DE 23 DE JANEIRO DE 2004**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XXV, da Constituição, resolve

EXONERAR

TARSO FERNANDO HERZ GENRO do cargo de Secretário Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XXV, da Constituição, resolve

NOMEAR

JACQUES WAGNER, para exercer o cargo de Secretário Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Márcio Thomaz Bastos

A SRª PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 21, DE 2004

Solicita ao Ministro da Defesa informações sobre a instalação de equipamento de pouso por instrumentos no aeroporto de Rio Branco – AC.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministério da Defesa as seguintes informações:

- 1) Se o Comando da Aeronáutica dispõe de equipamento de pouso por instrumentos, para ser utilizado no aeroporto de Rio Branco, no Estado do Acre.
- 2) Em caso afirmativo, quando foi adquirido, em que data foi entregue, qual o preço de aquisição, que operações permitirá quando instalado, e que outros aeroportos brasileiros dispõem de equipamento idêntico ou similar?
- 3) Na hipótese de se tratar de parte do equipamento, faltando a aquisição de peças, partes ou componentes que permitam sua instalação, em quanto importa, estimativamente, o respectivo valor e se existe disponibilidade de recursos orçamentários ou extra-orçamentário no corrente exercício para esse fim?
- 4) Tratando-se de equipamento completo, pendente apenas da realização de obras de instalação, qual o respectivo valor, informando-se a disponibilidade de recursos necessários a esse fim, no corrente exercício.
- 5) Se o Comando da Aeronáutica dispõe de pessoal especializado para a operação do equipamento e, em caso negativo, quais as providências necessárias para a sua contratação, designação ou eventual treinamento?
- 6) Na hipótese de se tratar de equipamento completo, estando as providências para sua instalação e uso já adotadas, qual o prazo previsto para que possa entrar em operação?

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 2004. – **Geraldo Mesquita Júnior.**

A SRª PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – O requerimento lido será despachado à Mesa para deci-

são, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

A SRª PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, por cessão do Senador Ney Suassuna. S. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, assim como V. Exªs estiveram nos seus Estados, durante os dias que tivemos livres para aproveitar – uns aproveitaram para visitar suas bases, seus Estados, outros cumpriram outras obrigações –, também estive no meu querido Estado do Acre. E, no convívio, na conversa com as pessoas, com os amigos da minha querida terra, tive oportunidade de colher preocupações e casos que me trazem à tribuna hoje, porque os considero de extrema gravidade.

Um deles diz respeito ao requerimento cuja ementa a nobre Senadora Serys acaba de ler, acerca da instalação no Aeroporto de Rio Branco de um equipamento que, pelo que me consta, encontra-se lá encaixotado, há cerca de dois anos, sem que a Infraero providencie, efetivamente, a sua instalação. Não sei quais as razões que levaram a Infraero a agir dessa maneira.

A propósito, eu viajava do Município de Cruzeiro do Sul para Rio Branco, em um **boeing**, e, na metade da viagem de 55 minutos, o comandante, verificando que as condições do tempo haviam se alterado substancialmente, anunciou que possivelmente não poderia pousar em Rio Branco. Ainda tentou, mas não conseguiu e retornou para Cruzeiro do Sul; já à noite, as condições se alteraram para pior. Aquela é uma região perigosa, e pode ocorrer de o tempo fechar geral, como se diz, e não restarem alternativas para quem está no comando de uma aeronave como aquela.

Ao pousar em Cruzeiro do Sul, o comandante me disse que só não pousou em Rio Branco por falta daquele equipamento, não instalado no Aeroporto de Rio Branco, o que forçou a aeronave a retornar para Cruzeiro do Sul. Este assunto já foi e é objeto permanente da preocupação do Senador Tião Viana, que já teve oportunidade de se manifestar a esse respeito, nesta Casa, que já fez diversos contatos juntamente com o Governador Jorge Viana, trabalhando no sentido de que providências sejam tomadas para que, efetivamente, a situação se resolva.

Vejam o que ocorre no Centro-Sul, por exemplo, o aeroporto de Brasília, que foi ampliado enormemente, com todos os equipamentos instalados, tendo

tudo, do bom e do melhor, assim como os demais aeroportos daqui. A Infraero não deixa que lhes falte absolutamente nada. Os aeroportos operam com nível de segurança máximo. No entanto, na região amazônica, tão perigosa, um simples aparelho está há dois anos para ser instalado no Aeroporto de Rio Branco, sem que sejam tomadas as providências necessárias pela Infraero.

Por isso, fiz o requerimento. Não quero ser injusto com ninguém, mas começo a imaginar que se trata de descaso e até de preconceito com a população do meu Estado, talvez um tratamento injusto, preconceituoso e discriminatório.

No ano de 2002, houve um grave acidente com em Rio Branco. Começo a ligar os fatos. Não posso dizer até que ponto a ausência desse equipamento fez com que aquela aeronave despencasse na cabeceira da pista do aeroporto, provocando a morte de pessoas que nos eram muito queridas, inclusive um Parlamentar federal morreu naquele episódio. Não sei até que ponto esse descaso, essa negligência contribuiu para o acidente. É o caso de começarmos a provocar talvez o Ministério Público ou algumas instituições, para que apuremos esse fato. Uma coisa é certa: vou-me alinhar com os Senadores Tião Viana e Sibá Machado, do Senado Federal, para que tiremos essa questão a limpo, para que a instalação do equipamento denominado ILS no aeroporto de Rio Branco tenha uma solução definitiva, porque a população do meu Estado não suporta mais tanto descaso com relação ao assunto.

Outro tema que preocupa por demais a população do Acre – e quero crer que também a de outros Estados – é a situação da telefonia móvel instalada naquela região. O Acre encontra-se quase em estado de calamidade. Não se consegue mais falar por telefone móvel celular de um Município para outro. O Senador Tião Viana me lembrava há pouco que, no final do ano, muitos de nós ficamos impossibilitados de transmitir mensagens natalinas, tanto local como para fora, e, também, tivemos dificuldades em recebê-las de outros Estados. Uma coisa é certa: as empresas de telefonia móvel instaladas em meu Estado demonstram cabalmente a completa irresponsabilidade e ganância comercial. Senadora Serys Slhessarenko, uma coisa é certa: essas empresas se estabeleceram no Acre, acenando para a população com uma capacidade de instalação de serviço muito aquém do que anunciaram. O resultado desses serviços todo o povo acreano já percebeu. É uma situação de colapso. E as empresas ainda estão anunciando – e a meu ver enganando

a população do meu Estado – que dentro de um mês ou dois a situação será normalizada.

Digo sem medo de errar que isso não procede. As empresas estão enganando a população do meu Estado, porque se trata de capacidade instalada muito aquém da necessidade de serviço da população daquele Estado. Isso diz respeito à infra-estrutura, que leva tempo para ser redimensionada e ampliada. Duvido muito que essas empresas, em curto espaço de tempo, cheguem próximo ao padrão de serviço que elas acenaram para a população do Estado. A situação é de colapso. É uma irresponsabilidade.

Eu cobro da Anatel e não deixo de trazer a agência à baila neste momento, porque a ela cabe tratar deste assunto com seriedade. Não se trata apenas de posteriormente atribuir uma multa qualquer – neste País essas empresas não pagam multa, Senadora Serys. A verdade é esta. O que adianta multar, se a desgraça está feita, Senador Capiberibe? Não adianta multar. O trabalho da Anatel precisa ser preventivo.

É necessário verificar a capacidade de instalação dessas empresas antes de autorizar a ampliação do serviço. Não se deve autorizar expansões de prestação de serviços sem exigir que essas empresas estejam devidamente aparelhadas e qualificadas para prestar um serviço de utilidade pública como é a telefonia celular.

Estou, da mesma forma, endereçando requerimento ao Ministério das Comunicações pedindo informações, porque, repito, não quero ser injusto, mas a situação está intolerável e insustentável no meu Estado. As pessoas não conseguem mais falar de um município para o outro; de fora do Estado para dentro; ou de dentro do Estado para fora; ou seja, a situação é de completo descaso e de completa irresponsabilidade.

Uma outra reclamação ouvi das pessoas, na rua, em Cruzeiro do Sul, o segundo Município do Acre em número de habitantes e em importância, um Município bonito, de população trabalhadora que sofre com um verdadeiro cartel de venda de gás. Duas empresas distribuem gás na região e, pelo preço que praticam, está configurada a existência de um cartel vergonhoso. Eles cobram o que querem da população. O gás chega à região, se não me falha a memória, por cerca de R\$25 ou R\$28 e é vendido por cerca de R\$45 para a população sofrida daquele Município. A situação também diz respeito a uma agência reguladora. Onde está a agência? Onde está a fiscalização? Sei que o preço do gás está liberado. Mas tem que haver um limite. Esse preço deve ser monitorado, acompanhado. As planilhas de custo devem ser exa-

minadas, para que a população não venha a sofrer nas mãos de comerciantes inescrupulosos.

Estou também endereçando requerimento ao Ministério das Minas e Energia, cobrando informações e providências de fiscalização e de presença maior da agência em Cruzeiro do Sul, no meu Estado e em outros municípios onde a situação ainda é mais grave. Essa situação não pode continuar.

Estive acompanhando o Senador Tião Viana no município de Santa Rosa. E nós ficamos estarelecidos com o preço do botijão de gás que é cobrado daquela população tão humilde, tão sofrida e que merecia atenção maior do Governo Federal por intermédio de sua agência reguladora.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC. *Intervenção fora do microfone.*) – São R\$ 65,00.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – O Senador Tião Viana está lembrando aqui que na ocasião, há mais de um ano, o preço do botijão de gás chegava em Santa Rosa por R\$ 65,00.

Trago estes assuntos para que atentemos para esses fatos. Fala-se muito hoje nas agências, na liberdade de ação dessas agências. E muitas vezes, Senadora, em última instância, essas empresas prestadoras de serviços são multadas. O que em nosso País é absolutamente inócuo, porquanto, aqui, em nosso País essas empresas não pagam multa. Dizem assim: “Deixa que multem; e nós vamos empurrando com a barriga”.

Multa, elas não pagam. Quem paga é a população pelo descaso e irresponsabilidade dessas agências. Que autonomia é essa? Que liberdade de ação essas agências pretendem ter?

Eu pretendo, quando o assunto tramitar nesta Casa, intervir na discussão, para que o povo acreano não seja prejudicado. Não vou admitir, Senadora, essa autonomia. Deve-se trabalhar seriamente. Portanto, cabe a essas empresas e agências o trabalho preventivo, ou então não há sentido, Senador João Capiberibe.

Agradeço a atenção das Sr^{as} e dos Srs. Senadores. Registro que estou encaminhando requerimentos ao Ministério das Minas e Energia, ao Ministério das Comunicações, à Infraero, ao Ministério da Defesa, para que esses casos sejam corretamente explicados. Espero retornar ao meu Estado do Acre com explicações convincentes à população, com a posição do Governo Federal quanto à solução para esses assuntos, que, espero, satisfaça a população que vive lá no extremo do nosso País, atendendo as

suas necessidades, na expectativa de que essas agências e esses órgãos atuem com responsabilidade e com atenção máxima à situação pela qual a população está passando, às vezes de completo abandono e completo descaso.

Obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador João Capiberibe, por 20 minutos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a clamar desta tribuna e deste plenário, na tentativa de que minha voz possa ecoar no deserto da Esplanada dos Ministérios. Na verdade, quero que minha voz chegue a um endereço certo: o Ministério da Saúde.

Na semana passada, ocupei a tribuna para falar sobre a epidemia de dengue que assola a Amazônia, em particular o meu Estado. Antes do pronunciamento da semana passada, tomei algumas iniciativas. Encaminhei um ofício ao Ministro da Saúde, no dia 26 de agosto de 2003, expondo a situação de epidemia que meu Estado estava vivendo. Os casos de doença aumentaram, de janeiro a julho, em 139%, passando de 199 casos por mês para 476. Encaminhei esses dados ao Ministro em agosto. Em dezembro, a realidade era o avanço dramático da doença. Chegamos ao final de dezembro com mais de seis mil notificações de dengue. Ora, 6 mil notificações numa população de 500 mil habitantes correspondem a 1% da população já atingida pela doença. Quando seis mil pessoas notificam uma doença é porque há pelo menos cinco pessoas que não procuraram o centro de saúde, nenhuma unidade hospitalar, pois a doença se tornou tão comum que as pessoas sabem inclusive o tratamento. Sabem que tomar Tylenol alivia as dores – aqui está um médico, Senador Mão Santa – e também faz baixar a febre. Portanto, não sentem mais necessidade de notificar que estão doentes.

Encaminhei outro pedido de informação ao Ministro no dia 19 de agosto, fazendo uma série de perguntas sobre os recursos do Sistema Único de Saúde. Esse requerimento foi aprovado no plenário desta Casa, mas não obtivemos nenhuma resposta. Ou seja, estamos realmente clamando no deserto.

Vejam só: imaginemos São Paulo, na linha do discurso do Senador Geraldo Mesquita. Se 1% da população de São Paulo fosse atingida pela epidemia de dengue, teríamos 360 mil pessoas infectadas. Evidentemente seria uma calamidade política, pois a dengue é uma doença política, proveniente do desleixo, da falta de execução dos programas preventivos

de saúde, do roubo do dinheiro público, porque se desviam somas fabulosas que deveriam ser aplicadas na saúde da população.

Peço aos Ministros da Justiça e da Saúde que façam uma auditoria dos recursos do Sistema Único de Saúde transferidos ao Estado do Amapá. Quero saber em que foram aplicados esses recursos, porque não há medicamento nas unidades hospitalares nem é possível fazer exames.

A situação é de extrema gravidade, porque o Governador do Estado do Amapá e os Prefeitos dos Municípios de Macapá e de Santana perderam o controle sobre a doença. Estou falando de seis mil notificações, mas numa consulta a várias famílias, metade dos componentes já tiveram dengue.

Portanto, é preciso que o Ministro da Saúde responda às questões que lhe foram formuladas e tome alguma iniciativa. Não é possível que, em razão de vivermos numa região isolada na Amazônia, mereçamos esse tratamento.

Acreditávamos que, no Governo do Presidente Lula, a Amazônia teria um olhar diferenciado, mas o que estamos constatando é que está se deteriorando a situação de saúde das populações da Amazônia. E falo da dengue porque a situação é grave em todos os Estados da Amazônia, à exceção do Pará, o único Estado que conseguiu reduzir o avanço da epidemia.

Depois de tantos apelos, depois de relatórios, requerimentos votados nesta Casa, não obtive nenhuma resposta. Estou aqui mandatado pelo voto do povo do Amapá. Sou cidadão e represento o Estado do Amapá, mas sou um Senador de todo o País e tenho uma função que me foi delegada e tem que ser respeitada pelos que exercem a função pública, pelos gestores públicos.

Se este Parlamento, se esta Casa de lei aprova um pedido de informação e o Ministro não o responde, existem medidas legais para que S. Ex^a possa respeitar este Parlamento. Também há outras medidas que, em algum momento, teremos que tomá-las. De acordo com a distribuição das poltronas neste Senado, a que me corresponde poderá ser ocupada se eu não obtiver uma resposta do Ministro da Saúde. Há oito meses, estou tentando obtê-la e terei de esperar sentado aqui na cadeira, a que tenho direito, até que o Ministro me responda. Não é possível que este Parlamento não receba o respeito que lhe é devido e o que a lei lhe garante.

É dramática a situação que estamos vivendo em função da epidemia de dengue. E estamos levantando os dados relativos à malária. É possível que eu venha

aqui amanhã para falar sobre malária, leptospirose, "doenças da pouca-vergonha", porque não existe outra classificação. Essas são doenças políticas, que ocorrem por falta de saneamento, até porque os recursos que poderiam melhorar a vida dos brasileiros, principalmente a dos mais pobres, são todos canalizados para pagar juros e amortizações da dívida pública.

Quero fazer minhas as palavras do Senador Geraldo Mesquita quando diz que a Amazônia e os Estados mais isolados são tratados com brutal discriminação. Eu diria que, lá em Cruzeiro do Sul, que conheço muito bem, na fronteira com o Peru, não se sente a presença do Governo Federal. O mesmo ocorre no Oiapoque, na divisa com a região francesa da Guiana. Trata-se de um Município com mais de dez mil habitantes, onde não há a presença do Governo Federal. De maneira surpreendente, não havia sequer a presença da Receita Federal, que só recentemente lá se instalou em definitivo. Quanto à Polícia Federal, foi necessária uma luta de cinco anos perante o Ministério da Justiça para que para lá fossem deslocados alguns policiais.

O Estado brasileiro não está presente na sua fronteira. Dessa forma, ocorrem fatos com o relatado pelo Senador Geraldo Mesquita: as agências que deveriam controlar a qualidade dos serviços, por exemplo, não aparecem por lá e fazem propaganda enganosa. Conheço o caso da propaganda da Telemar, que, durante muito tempo, no rádio, na televisão e nos jornais, mostrava os índios palikur lá na comunidade do Kumenê, na fronteira com a Guiana, falando por telefone. Senador Mão Santa, acho que aqueles índios falaram só aquela vez por telefone, que está mudo até hoje. Não se consegue entrar em contato com ninguém naquela região. O mesmo acontece no Acre. Essas agências foram criadas para garantir o direito do consumidor. Afinal, no paraíso do mercado, o consumidor deveria estar garantido. Entretanto, neste País, o consumidor, muitas vezes, não tem a quem recorrer. Em muitas regiões, não se conhecem nem os órgãos a que se dirigir para fazer um apelo para melhorar a qualidade do serviço.

A minha esperança era a de que, a essa altura, terminando o primeiro mês do segundo ano do Governo do Presidente Lula, estivéssemos operando o Programa Amazônia Sustentável, anunciado pelo Presidente em maio, lá em Rio Branco, no Acre. Mas tudo ficou na palavra de Sua Excelência. Até agora, nada se fez. Não se esboçou nenhum debate, nenhuma discussão, não se implantou nenhuma política para a Amazônia capaz de aproveitar as riquezas fantásticas disponíveis, de adensar a cadeia produtiva das

espécies da biodiversidade, gerando renda, gerando riqueza, gerando trabalho. Está parado o Programa Amazônia Sustentável, que pretendia criar nova maneira de oferecer o crédito, nova maneira de incentivar projetos por meio da Sudam, para impedir a corrupção desastrosa que, de 1995 a 2002, desviou US\$1,4 bilhão da Sudam. Agora, vem à tona outro escândalo, o do Fundo Nacional da Marinha Mercante, operado pelo Ministério do Transporte e pelo BNDES.

E o programa destinado à Amazônia? Tive oportunidade de participar de dois seminários sobre a Amazônia com o Presidente Lula, o último em novembro de 2001. Sua Excelência conhece várias experiências bem-sucedidas desenvolvidas na Amazônia. Existe tecnologia capaz de ser aplicada. Mas, para tal, é necessário que haja assistência técnica e crédito.

Atualmente, no Basa, cerca de 70% dos recursos do FNO não são aplicados todos os anos. Servem para lastrear o banco, mas não servem para promover o desenvolvimento. O Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva precisa mobilizar seus Ministros, a fim de que, nos próximos meses, iniciemos o Programa Nacional para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, que é fundamental. Devemos dotar um modelo de desenvolvimento que não reproduza o que foi feito na Mata Atlântica e no resto do País. Não podemos permitir, de braços cruzados, sem debate, a reprodução de um modelo de avanço da fronteira agrícola.

Há alguns anos, havia financiamento para a criação de gado. Atualmente, há financiamento para a monocultura da soja, para exportá-la como matéria-prima, sem valor agregado, fazendo do Brasil o maior exportador de natureza do planeta. Devemos debater e implantar o Programa Amazônia Sustentável, anunciado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em maio, na capital do Acre, Rio Branco, a fim de que possamos, com convicção, imaginar a Amazônia integrada ao restante do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. João Capiberibe, a Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, do PT do Estado de Mato Grosso.

V. Ex^a terá direito a usar da tribuna durante vinte minutos.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero lembrar a questão da Cofins.

Nós, Senadoras e Senadores, por ocasião da votação da Cofins, no final de 2003, assumimos o compromisso de rever a matéria, porque realmente o aumento foi muito grande de 3,5% para 7%, isto é, aumento de 100%. Eu me recordo de que o acordo foi o de que votaríamos, mas poderíamos fazer uma revisão. Com os dados que recebêssemos no final de janeiro ou fevereiro, no início dos trabalhos, faríamos a revisão na nova lei da Cofins. Por que isso? Porque principalmente os pequenos prestadores de serviços – e neste momento não temos como especificar todos – estão se sentindo prejudicados pelo aumento da Cofins.

Temos pedido e estamos pedindo aos que nos ouvem e que se sentem prejudicados para que atenham a isso, que se comuniquem com as Sr^{as} e os Srs. Senadores, porque o acordo, Sr. Presidente, foi no sentido de que aqueles setores que se sentissem prejudicados trouxessem esses dados para que estudássemos uma possível revisão nessa legislação. Isso é importante e queremos receber essas reivindicações, para que não fique pairando na sociedade o pensamento de que houve um compromisso na hora da votação da nova legislação, da legislação que aumentou a Cofins, e que ele caiu no esquecimento.

Estamos lembrando e alertando àqueles que se sentem prejudicados para que tragam pessoalmente ou que enviem por meio de **e-mails** ou de **fax** suas reivindicações a qualquer um dos Srs. Senadores ou Sr^{as} Senadoras, para que possamos buscar essa revisão e não prevaleça a idéia de que o compromisso foi assumido na hora da votação e depois caiu no esquecimento. Não esqueci e continuo buscando.

Outra questão que quero abordar é a Cide, essa famosa contribuição para conservação, restauração e construção de estradas, que já vem com seu recolhimento sendo feito há dois anos. São bilhões de reais, mas muitas das nossas estradas continuam em situação de calamidade pública. Reconhecemos que algumas já melhoraram. No meu Estado de Mato Grosso, algumas já sofreram melhoras significativas, mas outras ainda precisam de muita restauração e conservação.

No meu Estado, a BR-158 e a BR-364 precisam de colocação de asfalto mesmo; a BR-070 e a BR-163 ainda têm alguns trechos que necessitam de conservação e restauração. E os recursos da Cide, como eu já disse aqui, ficaram, por dois anos, para-

dos por falta de regulamentação. A regulamentação foi feita ainda no Governo anterior, de Fernando Henrique, que, no entanto, a vetou, e não conseguimos ultimar as condições de derrubada do veto.

O Presidente Lula assinou, há poucos dias, a medida provisória que destina 25% desses recursos aos Governos Estaduais. Acho isso correto. Acredito que é importante repassá-los, até pela possibilidade de agilidade no trato da conservação e da restauração especialmente das estradas federais nos Estados.

Espero que os Governadores usem esse recurso para o fim devido e que informem para a população que esse recurso é do Governo Federal. Está muito na moda o Governo Federal repassar o recurso aos Governos Estaduais e os Governadores Estaduais fazerem de conta que não sabem de onde é esse recurso e o usarem como bem entenderem, sem a fiscalização do Governo Federal e muito menos dando os méritos a quem destinou o dinheiro. Mas não estamos buscando méritos, e sim que as coisas ocorram como têm de ocorrer, ou seja, que o dinheiro vá para onde foi destinado: se foi para estradas, que seja realmente usado para estradas.

Quero mais. Não quero apenas os 25% repassados aos Governadores para as estradas nos Estados. Quero mais recursos. Pela regulamentação, feita em 2002, ainda no Governo anterior, 75% dos recursos da Cide eram destinados para a conservação, restauração e construção de estradas. Infelizmente, nada foi destinado, porque foi vetada a regulamentação. Que os recursos da Cide não se restrinjam a apenas 25% para os Governadores, que o nosso Governo destine, por meio do Ministério dos Transportes, do Governo Federal, mais recursos da Cide para as estradas federais nos Estados.

Faço, mais uma vez, uma reivindicação especial em favor do meu Estado, Mato Grosso, principalmente para a construção da BR-158 e da BR-364 e para a conservação da BR-163 e da BR-070. Quem está transitando por lá sabe que há alguns trechos que já estão muito melhores. No entanto, ainda há alguns trechos que estão deixando muito a desejar, como, por exemplo, no caso da BR-070, um trecho de dez quilômetros entre São Vicente e Campo Verde.

Existem outros problemas que ainda estão sendo resolvidos. Reconheço que muito já foi feito. Em Mato Grosso, o Governo Federal e o Ministério dos Transportes, mesmo diante das dificuldades de 2003, agiram de forma eficiente, porque as estradas do Estado estavam em situação de absoluta calamidade pública. Chove muito lá nesta época, e, com certeza, se não tivéssemos tido uma grande atuação do DNIT,

estariamos com estradas absolutamente intransitáveis. Estamos com problemas, mas já passamos para a fase da superação.

Reivindico que os recursos da Cide não se restrinjam a apenas 25% do repasse feito aos Governos Estaduais.

Gostaria de utilizar apenas um minuto – não quero gastar muito do meu tempo com esse assunto – para responder ao Governador do meu Estado, Blairo Maggi, que disse que não precisa do PT, que está pouco se incomodando com que o Partido pensa do seu Governo, que tem um relacionamento direto com o Presidente da República e com os Ministros, e que, portanto, o Partido dos Trabalhadores não conta para S. Ex^a. Acredito que S. Ex^a está muito equivocado.

Em primeiro lugar, eu diria que S. Ex^a demonstra uma falta de habilidade política, para não dizer uma truculência ímpar, porque, se S. Ex^a tem um bom relacionamento com o Governo Federal, que é do Partido dos Trabalhadores, é o Partido o Presidente da República, como pode, então, tratar o Partido dos Trabalhadores como tem tratado no seu Estado?

Não estamos preocupados com a sua truculência em relação ao nosso Partido, mas com a desconsideração manifesta em relação a questões que os nossos Deputados Estaduais, especialmente os do PT, têm levantado na Assembléia Legislativa. É um Governo que não tem absolutamente nada de participação popular, que não considera, não ventila a possibilidade de ouvir a população. A transparência de seu Governo é algo que também não se consegue perceber. E quando o Partido dos Trabalhadores, em suas instâncias competentes, reivindica, reúne – não participamos do governo, a decisão do nosso Partido foi de participar com apoio político e parlamentar e não com cargos. Alguns podem achar estranho, porque há partidos que gostam de cargos por não estarem preocupados com a participação política e com o apoio parlamentar, mas, sim, com a participação em cargos. O nosso Partido, lá em nosso Estado, se comportou de maneira completamente oposta: não queremos cargos no governo e não temos cargos. E que ninguém pense que a Senadora está chiando, na tribuna, porque tem ou não cargos ou porque os quer. Não. Nós não temos e nem queremos cargos no Governo do Estado.

Realmente, houve, no início do Governo, uma decisão do Sr. Blairo Maggi de que o Partido dos Trabalhadores, em uma discussão mais ampla, participaria das discussões políticas, com apoio parlamentar, com nossos Deputados Estaduais – a Deputada Vera Araújo e o Deputado Saguas Moraes – buscando

apoiá-lo, o que está impossível por determinadas medidas, tão fechadas e, às vezes, até retrógradas que S. Ex^a vem tomando no âmbito estadual. Havia dito que me restringiria a apenas um minuto, porque penso que isso, inclusive, é perda de tempo.

Sr. Presidente, um outro assunto que me traz à tribuna é a violência praticada contra a mulher. Aliás, esse foi o tema principal que me trouxe à tribuna, apesar de já haver me referido à Cide, ao Cofins e ao Governo, enfim, são inúmeras as questões colocadas. No entanto, todos sabemos que a cada quinze segundos, em nosso País, uma mulher sofre algum tipo de violência, que vai desde agressões leves até o assassinato, passando por um sem-número de formas de violência.

Sr. Presidente, presido o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, do Senado, composto por quatro Senadoras e quatro Senadores, e quero dizer que estamos bastante preocupados com a questão da violência contra a mulher. Além disso, também sou uma das coordenadoras da Frente Feminina do Congresso Nacional, coordenação essa que se compõe de Deputadas e eu, como Senadora, na coordenação, que também está bastante inteirada nessa questão.

Ao término de 2003, foi aprovado, por unanimidade, nesta Casa, que 2004 seria o Ano Nacional da Mulher. Inclusive foi constituída, no Senado, pelo Presidente José Sarney, uma Comissão Especial para definir a programação, constando inúmeras ações, desde o desarquivamento de projetos que ficaram trancados, engavetados e paralisados há anos e, portanto, não tramitaram, não alcançando novos caminhos, até novos projetos, novas formas de visibilidade da questão da violência contra a mulher.

Sr. Presidente, isso não pode mais continuar escondido! A mulher da camada popular está mostrando sua coragem ao se dirigir às Delegacias Especializadas da Mulher – infelizmente, são pouquíssimas essas Delegacias – para denunciar quando sofre algum tipo de violência. Mas precisamos muito mais do que isso. Não basta só a denúncia, porque denunciar e voltar para casa para junto do agressor significa ser agredida novamente e, com certeza, com maior violência; ou então voltar à delegacia, humilhada, para retirar a queixa, como costumeiramente muitas fazem, principalmente onde não existe a instituição especializada. Em outras delegacias que não as da mulher, muitos que lá trabalham fazem chacota com a mulher que volta para retirar a queixa, dizendo que “mulher é assim mesmo, vai lá dar queixa, mas parece que gosta de apanhar, porque volta para retirá-la”. Isso também tem proce-

dência, porque se a mulher voltar para casa e receber ameaças do tipo “te mato”, “te espanco”, “te arrebento” muitas voltarão, com certeza, para retirarem a queixa porque têm os filhos, além de uma série de situações extremamente difíceis.

Entendo que essa questão precisa ser tratada em âmbito maior, ou seja, a partir das casas de abrigo e de acolhimento à mulher, para que essa mulher, que sofre qualquer tipo de violência, para lá possa ir e ficar abrigada com os filhos, até que ela consiga se organizar em termos de moradia e trabalho, se estiver desempregada, para o seu sustento. Digo isso porque inúmeras mulheres sofrem agressão física – e não somente física, mas também psicológica e outras agressões mais – e não têm para onde ir com seus filhos.

Sr. Presidente, sou Relatora do Projeto da Deputada Iara Bernardi, que trata da questão da violência doméstica. Chega de o agressor pagar a punição apenas com a tal pena alternativa. Não sou contra, de jeito nenhum. Mas ser punido com o pagamento de cesta básica, cesta essa que certamente significará menos comida na boca dos próprios filhos da vítima, retirando-lhes o pão-nosso-de-cada-dia, isso também não dá certo. Nós queremos a detenção! Detenção mesmo! Portanto, em sendo a Relatora desse Projeto, quero informar-lhes que quarta-feira próxima ele deverá entrar na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Tenho a certeza de que de lá sua votação será unânime por parte dos Senadores que compõem a Comissão, para vir ao Plenário, ainda em sessão extraordinária. Então esse Projeto, agora sim, trará detenção para o agressor com relação à violência doméstica.

Sr. Presidente, ser agredido, na rua, por um estranho já é terrível, mesmo em se tratando de alguém que a vítima nunca tenha visto e que jamais o verá novamente. Assim mesmo, somos contra, é crime! Agora, ser agredido, dentro de casa, por alguém com quem se convive diariamente, ser agredido um dia sim e talvez no outro é muito mais grave. Por isso, solicitamos o aumento de um terço da pena, conforme a gravidade da agressão, e, principalmente, sendo agravada por um terço, de imediato, em se tratando de alguém ligado à convivência familiar.

Sr. Presidente, como faltam apenas alguns segundos para o término do tempo a mim destinado, não poderei discutir uma outra alteração no Código Penal, também em tramitação, que visa à elisão do termo “mulher honesta”. Realmente é mais um dos absurdos da nossa legislação machista feita através dos tempos. Como o tempo urge, não posso falar so-

bre esse projeto. Mas, certamente, o termo "mulher honesta" será banido do Código Penal.

Queria apresentar-lhes um quadro atinente às primeiras mulheres que realmente se notabilizaram no País, mas não será possível fazê-lo, pois já se acenderam as luzes que indicam que meu tempo acabou. Refiro-me à primeira advogada, à primeira aviadora, à primeira dentista e à primeira Deputada na História do Brasil, que foi Carlota Pereira de Queiroz. Pretendemos, inclusive, nomear um setor do Senado da República com um nome feminino, coisa que aqui não existe. Nada contra os nomes masculinos, nomes extremamente proeminentes. Mas queremos o nome de Carlota Pereira de Queiroz em um anexo do Senado; queremos o nome de Cora Coralina no Arquivo do Senado da República, esse diamante incrustado em Goiás!

Sr. Presidente, voltarei ao tema violência contra a mulher em outra oportunidade.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Serys Slhessarenko, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência informa que se encontra na Casa o Sr. Mário Calixto Filho, primeiro Suplente do Senador Amir Lando, da representação do Estado de Rondônia, convocado em virtude do afastamento do titular para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência Social.

S. Ex^a encaminhou à Mesa o Diploma e demais documentos legais exigidos por lei, que serão publicados na forma regimental.

É o seguinte o diploma encaminhado:



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Designo comissão formada pelo Sr. Senador Valdir Raupp, pela Srª Senadora Ideli Salvatti e pelo Sr. Senador Juvenício da Fonseca para conduzir S. Exª ao plenário, a fim de prestar o compromisso regimental.

(O Sr. Mário Calixto Filho é conduzido ao plenário e presta, perante a Mesa, o compromisso.)

Solicito que todos os presentes permaneçam de pé para o compromisso de posse que será feito pelo nosso futuro Senador Mário Calixto Filho.

O SR. MÁRIO CALIXTO (PMDB – RO) – Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País,

desempenhar leal e fielmente o mandato de Senador que o povo me conferiu, e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Declaro empossado, no mandato de Senador da República, o nobre Sr. Mário Calixto Filho, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa.

(Palmas.)

Sobre a mesa comunicação que será lida pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lida a seguinte:

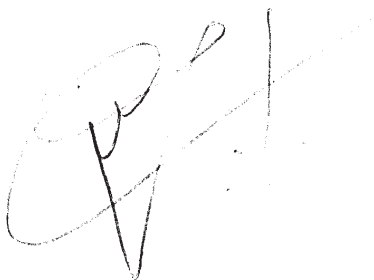
COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do ESTADO DE RONDÔNIA, em substituição ao Senador AMIR LANDO, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido PMDB.

Nome Parlamentar: MÁRIO CALIXTO

Sala das Sessões, em de de 200__.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O expediente lido vai à publicação.

Damos boas-vindas ao nosso colega.

De imediato, voltamos, então, à lista de oradores.

Passamos a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, ilustre Senador do Rio Grande do Sul, do Partido dos Trabalhadores; Sr^{as} e Srs. Senadores; brasileiras e brasileiros presentes e que assistem a esta sessão de segunda-feira por meio do sistema de comunicação do Senado Federal; sei que é muito comum prestar homenagem ao sol que nasce, mas quero ver o ocaso de um sol que tínhamos nesta Casa e prestar-lhe a nossa homenagem.

É muito comum reverenciar-se o sol que nasce, como os Ministros que assumiram e o Senador Mário Calixto, do meu Partido, que chega a esta Casa. Mas quero prestar uma homenagem ao nosso Senador Eurípedes Camargo.

Em 180 anos desta Casa, quero crer que ninguém o excedeu naquilo que considero a mais importante das virtudes.

Senadora Ideli Salvatti, o filósofo La Cordelle disse: “A humildade une os homens; o orgulho afasta-os!”. E nós tivemos o privilégio de conhecer o Suplente do mestre laureado, doutor, magnífico reitor e extraordinário Ministro da Educação deste País, Professor Cristovam Buarque.

O nosso Senador Eurípedes Camargo, Senador Tião Viana, cursou a escola da vida, da luta e do trabalho. E esta é a impressão que acredito que todo o Senado da República tem: a figura humilde, humana, real e verdadeira.

Senadora Ideli Salvatti, neste momento, eu gostaria de ter os poderes do Presidente Lula para manifestar gratidão a esta figura, uma das mais extraordinárias que conheci ao longo da minha vida pública, símbolo da humildade.

Sr. Presidente, também venho à tribuna para reconhecer o momento por que passa o País. Ressalto que há duas professoras presentes a esta sessão: as Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko. O Brasil tem melhorado muito na área de educação. Justiça se faça, porque, sem dúvida nenhuma, o me-

lhor Ministro do Governo Fernando Henrique Cardoso foi o Ministro da Educação, Sr. Paulo Renato.

Senador Juvêncio da Fonseca, governei o Piauí nesse período e vi a transformação que o Ministro realizou. Entre as minhas considerações, registro aquilo que julgo mais importante. Fui “Prefeito-nho”, assim como V. Ex^a. Sem dúvida alguma, essa é a mais valiosa e a mais dignificante experiência de um homem público, porque o prefeito é o único que governa seu pai, sua mãe, seus avós, pois moram na cidade. Ninguém tem mais amor, mais responsabilidade, mais devoção do que o Prefeito em todo o quadro político.

Ele trouxe uma grande inovação. Todos sabem que, antigamente, quando havia um temporal e um telhado era destruído, era o Ministro quem liberava dinheiro para o conserto da telha, assim como para o papel higiênico e o giz. E ele teve a competência de destinar recursos para cada diretora administrar a escola, o que foi um avanço extraordinário. E ele incorporou à administração pública, Sr. Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca, milhares e milhares de diretoras, que passaram a administrar com zelo e carinho.

Um outro passo foi a gritante diminuição do analfabetismo no Piauí, com a ajuda do Ministro e do nosso Secretário de Educação, o extraordinário Professor Ubiraci de Carvalho. Tive o prazer de ver 98% das crianças do Piauí na escola. Outro grande avanço se deu em relação à profissão de professora normalista. E gosto tanto delas, que busquei a Adalgisinha na escola normal para casar e vivemos juntos há 35 anos.

Ele transformou o curso normal, que era de três anos, em licenciatura de curta e longa duração. Isso, Professora Ideli Salvatti, foi um avanço extraordinário, porque havia muita gente ensinando o que não sabia. E ele acabou com isso.

Na questão do Provão, S. Ex^a teve coragem e visão, e o desenvolvimento universitário foi extraordinário. O País foi feliz quando, em um momento de inspiração divina, o Presidente Lula nomeou o Senador Cristovam Buarque para ser Ministro da Educação. Digo isso sem mágoa, e poderia tê-las, como homem, mas, como brasileiro, fico agradecido. Teria até motivos pessoais, porque S. Ex^a chegou a fazer campanha política para o adversário que derrotei. São coisas do passado, e eu, como homem do Piauí, vim aqui e pedi aos piauienses que não votassem nele, e S. Ex^a perdeu as eleições aqui em Brasília.

Mas reconhecemos os méritos de S. Ex^a, como símbolo da única classe – e não é a dos políticos, Senadores e Deputados, não é a dos ricos empresários, dos banqueiros e dos bancários ou a dos fazendeiros e dos fazendários – a que chamamos de mestre: os professores. E o Professor Cristovam Buarque simboliza isto: o mestre.

O País teve a felicidade de ter, por nove anos, dois extraordinários Ministros da Educação. Nenhum deles pertence ao meu Partido, nunca me apoiaram, mas traduziram o sentimento de grandeza do povo do Piauí e tenho que prestar esses reconhecimentos.

Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a será a Líder do PT e creio que, assim como o Ministro Tarso Genro, terá dificuldades em sua próxima função. V. Ex^a porque substituirá essa extraordinária figura de inteligência, homem de grande capacidade nas relações humanas, que faz da medicina a mais humana das ciências, o grande Líder Tião Viana. Terá dificuldades, assim como o Ministro Tarso Genro, que, pelo que sei, é formado e foi brilhante Prefeito de Porto Alegre.

O Brasil precisa investir nessa área.

Sr. Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca, recentemente, estive no Chile e tive uma agradável surpresa quando ouvi o povo chileno, um taxista, povo da rua dizendo que a Polícia do Chile não é corrupta. Que coragem! E é verdade, eu testemunhei. Mas isso tudo se deve à educação. Lá, não há analfabetos, o ensino é gratuito, obrigatório e era de oito anos. O Presidente Ricardo Lagos determinou que, a partir de agora, a educação pública gratuita será de 12 anos obrigatórios. Essa é a diferença. Eles consideram o Chile a Inglaterra da América do Sul. Santiago é Londres, pela educação. O atual Presidente foi Ministro da Educação e está realizando investimentos nesse setor. O ensino universitário não é pago pelo Governo, mas o Governo propicia a todos que querem estudar nas universidades privadas um crédito, que só será cobrado dois anos após a formatura, quando a pessoa estiver estabilizada.

Essas são as nossas preocupações, para que o Brasil continue a avançar. Que possamos dizer do Brasil, no futuro, o que estou dizendo agora da evolução cultural do Chile!

As minhas últimas palavras são justamente as que alguns Senadores já trouxeram à tribuna: são apelos pelas dificuldades. O Piauí, como o Nordeste,

também está sofrendo com graves enchentes, Sr. Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca.

Quando fui Secretário de Saúde do meu Município, vi uma grande enchente, em 1972. Depois, quando era Prefeito, vi outra enchente. Vi seca, quando fui Governador do Estado. Mas o País possuía uma estrutura de assistência, que era a Sude-ne, um órgão de desenvolvimento do Nordeste, que mantinha um determinado departamento especializado para enfrentar as calamidades. E pude ver a Sudene socorrer bem a minha cidade durante a enchente, e o meu Estado, quando era Governador, durante a seca.

E agora os Prefeitos enfrentam esses problemas sem a Sudene, que, segundo anunciaram, não ressuscitou. O Presidente da República não falou com a firmeza de Cristo, que disse: “Levanta-te, Lázaro!” Ela continua moribunda, e o Nordeste necessita do seu funcionamento.

Faço um apelo ao Ministro nordestino, ex-Prefeito, ex-Governador, que tem sensibilidade para as dificuldades ora vividas pelos prefeitos. Todos sabemos das dificuldades orçamentárias ao longo dos anos, dos impostos que surgiram em forma de taxas Cide, CPMF –, dos quais os Municípios e seus prefeitos não pegaram fatias. A calamidade é séria, grande Líder Ideli. Então, faço um apelo para que V. Ex^a sensibilize o Ministro e que acuda também o Piauí.

Em Teresina, cidade mesopotâmica, dois rios se enchem: o Parnaíba e o Poti. Segundo dados do jornalista Efrém Ribeiro, várias famílias já estão desabrigadas: no conjunto Frei Damião, Vila Irmã Dulce, Esplanada, Palitolândia, Morro dos Cegos, nas margens das lagoas da zona norte e, sobretudo, na região de Picos e Itainópolis. Picos é a cidade de maior capacidade de trabalho do Piauí. Quando Governador, eu a chamava de São Paulo do Piauí, com seus rios Guaribas e Itaim. Em Picos, segundo informação, os desabrigados já somam 26 mil pessoas.

O Senador Juvêncio da Fonseca já foi Prefeito. A Senadora Ideli Salvatti ainda não foi, mas o será, como também será Governadora e que Deus permita até Presidenta pelo PT. Imagino as dificuldades de hoje dos prefeitos. Nós, do Senado, sabemos e temos consciência das dificuldades por que eles passam, em virtude de modificações na arrecadação.

São 26 mil pessoas atingidas. Itainópolis, cidade do rei do teclado, Frank Aguiar, também está inun-

dada são quase três mil pessoas. Além das cidades importantes, há as menos importantes: Oeiras, que foi a primeira capital, está inundada; Paulistana é outra grande cidade. Contudo, as pequenas é que sofrem: Jacobina, Santa Rosa, Paulistana, Arraial, Francisco Ayres e Vila Nova.

Senador Juvêncio e Senadora Ideli Salvatti, peço que hoje abram o dicionário e leiam o verbete “ingratidão”. O Presidente Lula está sendo ingrato com o Piauí. Demos a vitória ao candidato do PT. Senador Juvêncio, um quadro vale por dez mil palavras. Há poucos dias, fui entrevistado em uma televisão de Teresina, do conhecido jornalista Amadeu. Antes de mim, era entrevistado o ex-Senador Freitas Neto, ex-Prefeito da capital, ex-Governador, uma das figuras mais importantes que passou por este Senado e que foi Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa. E Freitas Neto puxava os números. Senadora Ideli, atentai bem: votei no Lula e quero apagar a palavra “ingratidão”. E é fácil: agora é o momento de socorrer os nossos alagados.

Então, o Senador Freitas Neto, que presidiu a Comissão de Economia deste Senado, buscou todos os recursos que chegaram ao Piauí em 2003 lógico, excluindo aqueles obrigatórios, como o Fundo de Participação Municipal do Estado. Foram exatamente um terço apenas do que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso endereçou ao Piauí em 2002. Trinta por cento! O Governador do Estado do Piauí, bom caráter, boa índole, bons propósitos, está sendo sacrificado pelo Presidente do PT. É a hora da grande Líder. Todo o País é testemunha de que aqui passei mendigando R\$60 mil por um ano, para que o Presidente da República fizesse funcionar o Hospital Universitário do Piauí que continua parado.

No caso de agora, há desespero, porque são muitos os desabrigados.

Senadora Ideli Salvatti, agora surgiu uma mulher como Líder, e a mulher sempre foi mais corajosa do que o homem. Vejam o grande drama da humanidade, a crucificação de Cristo. Todos os homens fraquejam, falharam: Anás; Caifás; Pedro, o maior amigo; os apóstolos; os amigos; José, o pai; todos, Senador Juvêncio da Fonseca. E as mulheres? Estava lá a mulher de Pilatos, dizendo: “Você está fraquejando.” Estava lá Verônica, estavam lá as três Marias, e agora está aqui Ideli Salvatti, para, com coragem, mostrar a sensibilidade que o Partido

dos Trabalhadores deve ter com os alagados do Piauí!

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Senador Mão Santa, a Senadora Ideli Salvatti está inscrita em seguida. Digo a V. Ex^a que já foram ultrapassados mais de dois minutos do tempo destinado a V. Ex^a, e gostaríamos ainda de ouvir a Senadora nesta tarde.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois recebo a nova Líder do PT como uma bênção de Deus! Assim como Deus mandou a chuva, que é boa, manda Ideli Salvatti para que este Governo tenha a sensibilidade de ajudar o Piauí e para que, em outra entrevista de televisão, possamos rebater o ex-Senador Freitas Neto, que demonstrou, com dados, que o Presidente Lula, em 2003, só mandou 30% dos recursos destinados por Fernando Henrique Cardoso para o Piauí em 2002.

Contando com a sensibilidade do Ministro Ciro Gomes, mesmo sem o instrumento que existia no passado a Sudene, mantenho a esperança, que se transforma em certeza, de que virei aqui, na próxima semana, manifestar a maior das virtudes que minha mãe me ensinou, a gratidão. Virei aqui agradecer ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao Ministro e à Senadora Ideli Salvatti, que inicia sua missão de estender sua mão forte e feminina ao povo do Piauí alagado.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Juvêncio da Fonseca.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Após as palavras inspiradas do Senador Mão Santa, concedo a palavra à ilustre Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero agradecer as palavras e a expectativa do Senador Mão Santa. Deixo registrado que a eleição na Bancada do PT ainda não ocorreu. Como a Liderança ainda vai passar pelo processo eleitoral, prefiro continuar dizendo que sou apenas postulante à Liderança da Bancada.

O que me traz à tribuna, em primeiro lugar, é o sentimento de profundo pesar que tomou conta da população de Santa Catarina e, de forma muito especial, da população da capital do nosso Estado, porque perdemos, na semana passada, dois jorna-

listas. Pessoas extremamente importantes que se dedicavam a manter, a cultivar, a resgatar a cultura intitulada na ilha de Florianópolis, na ilha de Santa Catarina, de cultura manezinha, que tem raízes açorianas e que faz parte da colonização de boa parte do nosso litoral, e de forma especial, da nossa ilha de Santa Catarina.

Aldírio Simões faleceu num processo trágico – morreu de amor – o que provoca imensa comoção. Com um programa semanal de televisão, o Fala Mané, ele mantinha uma ligação com toda a cultura regional, em que apresentava todos os expoentes da cultura da nossa ilha, terno de reis, boi de mamão, nossas escolas de samba, todos nossos poetas e compositores. Escrevia também para uma coluna diária, contando casos, os casos da nossa ilha, da nossa cultura açoriana manezinha.

O falecimento do jornalista Miro foi provocado por um processo de doença e havia uma certa expectativa com relação à sua sobrevivência. Mas o falecimento do Aldírio deixou toda a população de Florianópolis em comoção. Registro o pesar e o quanto Florianópolis fica diminuída em termos da sua cultura pela perda desses dois cronistas da nossa ilha.

Além desse registro, inscrevi-me para fazer a prestação de contas de algo que não é da minha área, que é educação. Mas, no ano passado, como anteriormente, tivemos muita ligação com a agricultura familiar no entendimento de que esse setor econômico é de fundamental importância para o Brasil, para a economia brasileira, para a manutenção do homem no campo, para a preservação do meio ambiente, para que possamos manter o território brasileiro ocupado, resguardado e preservado.

Os dados que obtivemos do Ministério do Desenvolvimento Agrário são extremamente positivos, porque o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) recebeu, em 2003, investimentos da ordem de 3,8 bilhões, um valor recorde. Se compararmos com 2002, último ano do Governo Fernando Henrique, o recurso liberado para os agricultores familiares foi de apenas de 2,4 bilhões. Portanto, de 2,4 para 3,8 bilhões, é um valor significativo, um recorde. Foram assinados 1 milhão 147 mil contratos, com aumento tanto da operação de custeio (crédito para manutenção das atividades desenvolvidas na propriedade), quanto de investimento (destinada à aquisição de equipamentos ou construção de benfeitorias geradoras de renda).

É importante ressaltar ainda que, no Pronaf, para a safra 2003/2004, o Governo Lula adotou dois novos programas fundamentais: um, abrindo a possibilidade de, na mesma propriedade, ter um programa de financiamento para as atividades desenvolvidas pela mulher; e outro, um programa para o jovem agricultor, também na mesma propriedade, ou seja, não impedindo que pudessem ser feitos os diversos financiamentos.

Além de termos esse valor recorde de 3,8 bilhões, bastante superior ao anterior, de apenas 2,4 do último ano do Governo Fernando Henrique, ainda tivemos inovações importantes como o Pronaf Mulher, o Pronaf Jovem Trabalhador Rural, o Pronaf Pesca e tantas outras novidades que foram implementadas, este ano, para o Pronaf safra 2003/2004.

O maior impacto das ações do Pronaf, como política pública de emprego e renda, está na sua capacidade de preservar e manter ocupações na área rural. De acordo com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), cada operação de financiamento de crédito do programa garante a manutenção de três empregos e a geração de 0,58 ocupações. Ou seja, somente no ano passado, o Pronaf gerou 638 mil novos empregos no campo e garantiu a manutenção de outros 3,3 milhões. Para este ano, a estimativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário é a que o programa crie 812 mil empregos na área rural.

Quando estamos com todo esse debate em torno do desemprego; quando o Presidente Lula diz de forma enfática que é a tarefa nº 1, 2, 3 ou 4 deste ano a geração de emprego, o Pronaf já sinalizou, nas ações desenvolvidas em 2003, como sendo um programa eficiente que realmente produz aquilo a que se destina, ou seja, a geração do emprego, renda e do produto final da agricultura familiar, que é o que comemos. “Se o agricultor não planta a gente não janta”. Esse é o refrão utilizado em meu Estado pela agricultura familiar e que mostra bem a importância deste setor da economia.

O destinado para a safra 2003/2004 é da ordem de 5,4 bilhões. Como já tivemos a aplicação de 3,8 bilhões, temos algo em torno de 2 bilhões a serem destinados ainda neste início de 2004 para a agricultura familiar, para terminar o financiamento desta safra.

Entre as regiões brasileiras, a Região Norte e a Região Centro-Oeste registram os maiores aumentos no número de financiamentos concedidos, 137% e 88%, respectivamente. Este crescimento pode ser

explicado pela iniciativa do Governo Federal de intensificar a nacionalização do programa através de lançamentos regionais. O maior desafio do Pronaf, no início de 2003, era o de expandir o financiamento em regiões que pouco o utilizavam, aumentando o acesso ao programa e democratizando o crédito. Este ano, o programa continuará focado na expansão do financiamento para áreas e agricultores pouco contemplados.

A agricultura familiar é extremamente importante para o Brasil, onde 81,5% dos Municípios são considerados rurais. Ela é responsável por 77% da ocupação no meio rural e por 37% da produção agrícola brasileira. Nos Municípios brasileiros, há cerca de cinco milhões de estabelecimentos agropecuários, dos quais 84% são de agricultores familiares. Portanto, a agricultura familiar é, como eu já disse no início do meu pronunciamento, um dos setores mais importantes da economia, pela sua abrangência, capilaridade e sustentabilidade que dá à grande maioria dos Municípios brasileiros.

O Pronaf financia 27% dos 4,1 milhões de estabelecimentos rurais familiares do País. Além de garantir emprego e produção no campo, a agricultura familiar leva à maior circulação de capital nos Municípios e aumenta o número de empregos indiretos (atividades comerciais, serviços, agroindústria e transporte da produção). Portanto, a cadeia produtiva desencadeada com o financiamento da agricultura familiar é indiscutivelmente responsável pelo aquecimento da economia na grande maioria dos Municípios brasileiros.

Quero também registrar que o Ministério do Desenvolvimento Agrário retomou algo de fundamental importância para o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira, ou seja, o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural. Nesse ano de 2003, foram efetivados 146 contratos de capacitação e de assistência técnica e extensão rural, além de mais R\$20 mil em ATER Indígena (destinado às comunidades indígenas). Esses convênios proporcionam informações e conhecimento a cerca de 250 mil técnicos e agricultores familiares em todo o Brasil. Os serviços de assistência técnica e extensão rural estão direta e necessariamente vinculados ao crédito, tanto no processo de concessão quanto no processo de aplicação. Dessa forma, garante-se a qualidade do financiamento e, conseqüentemente, o desenvolvimento dos estabelecimentos rurais, além do retorno do financiamento concedido aos agricultores.

Registro, ainda, que o Programa Garantia-Safra, no ano de 2003, beneficiou 256 mil famílias, que puderam ter, dessa forma, algum tipo de ressarcimento pela perda de sua safra por problemas climáticos, principalmente em face da seca. No total, foram concedidos R\$16,7 milhões em benefícios para produtores de 114 Municípios dos Estados da Paraíba, Alagoas, – para saudar o Senador Mão Santa – Piauí e Pernambuco, Estados assolados pela seca, que tiveram, no Programa Garantia-Safra, alguma possibilidade de ressarcimento. A meta, este ano, é alcançar 500 mil beneficiados com o Programa, que pretende exatamente promover algum tipo de sustentação para os agricultores atingidos por calamidades.

Como o Senador Mão Santa relatou aqui, é bastante grave a situação dos alagamentos ocorridos pelas enchentes em face das chuvas torrenciais que assolaram boa parte do território brasileiro. Mesmo não tendo sido escolhida para a Liderança do meu Partido, porque o processo eleitoral, como eu já disse, deverá acontecer entre os dias 10 e 12 fevereiro, nós, independentemente da Liderança ou não, estaremos pleiteando junto ao Ministério do Governo Lula que possa dar um atendimento rápido para essas emergências que não assolam apenas o Piauí, mas também outros Estados brasileiros.

Sr. Presidente, agradeço a gentileza e a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Não há mais oradores inscritos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário voto de congratulações ao Grupo Empresarial Brasileiro Algar com sede em Uberlândia-MG, à qual pertence à Companhia Brasileira de Telecomunicações do Brasil Central –CTBC, que completa em fevereiro do corrente, 50 anos de atividade operando na área de telecomunicações, oferecendo vários serviços, tais como: transmissão de dados, telefonia fixa e móvel, **data center** e provimento de acesso à internet, atendendo a uma população de 3,5 milhões de pessoas com pontos de presença no Triângulo Mineiro, Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás e Paraná, alcançando desta for-

ma 350 localidades em todo o País, por meio de redes metropolitanas e de longa distância.

Justificação

O Grupo Brasileiro Algar, cuja sede é em Uberlândia (MG), atua nos segmentos de telecomunicações, agroalimentar, serviços e entretenimento. Em 2003, suas empresas apresentaram juntas uma receita líquida de R\$1,5 bilhão. Hoje, o grupo, que é um dos maiores do Brasil, está presente nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Ceará, Pernambuco, Distrito Federal, Paraná e Rio de Janeiro.

A CTBC, Companhia Brasileira de Telecomunicações do Brasil Central, operadora de telecomunicações que completa 50 anos em fevereiro próximo, oferece de uma só vez vários serviços como: transmissão de dados, telefonia fixa e móvel, **data center** e provimento de acesso à Internet.

Atuando no segmento de **call center**, um dos mais promissores da economia brasileira, outra empresa de destaque da Algar é a ACS. Com cinco anos de operação é um dos mais modernos **contact centers** do Brasil e conta hoje com cerca de cinco mil associados (como são chamados os funcionários). Assim, é grande geradora de empregos, principalmente para jovens que estão iniciando a vida profissional. Além de atendimento a clientes, a empresa oferece serviços de televendas, cobrança, pesquisas, **help-desk**, entre vários outros. A ACS também acaba de iniciar sua atividade internacional, atendendo ao mercado americano e iniciando um novo mercado de trabalho no País.

No Grupo Algar, na Divisão Agro, destaca-se a ABC Inco, que é outro exemplo bem-sucedido nos negócios da Algar. É um dos mais importantes parques industriais de armazenamento e processamento de soja em Minas Gerais. Localizada em Uberlândia, em uma área de cerca de 400 mil metros quadrados, a Inco é a única processadora de soja da América Latina a conquistar vários prêmios de excelência em gestão, como o ISO 9002 (qualidade), e ISO 14001 (meio ambiente). Atende as regiões Nordeste e Centro-Oeste do Brasil e o Estado de Minas Gerais, onde é líder em vendas de óleo de soja.

Já na Divisão de Serviços e Entretenimento, destaca-se o Rio Quente Resorts, o maior pólo de entretenimento do Brasil fora da orla marinha. O empre-

endimento, localizado em Goiás, possui uma das maiores taxas de ocupação do País.

Como um grupo brasileiro, a Algar se sente ainda mais comprometida com as comunidades localizadas em suas áreas de atuação e desenvolve um extenso programa de responsabilidade social. Com o objetivo de concentrar, focar e ampliar os projetos de cidadania corporativa realizados pelas suas empresas, o grupo brasileiro Algar decidiu pela criação do Instituto Algar de Responsabilidade Social, que entrou em operação em janeiro de 2002. O foco escolhido foi “educação de crianças”. Hoje, a CTBC, Engeset, ABC Inco, Sabe, ACS e Rio Quente Resorts são as empresas Algar que investem constantemente em projetos sociais que têm incentivado mais de 52 mil alunos, 2.635 professores e 194 escolas em toda área de atuação do grupo, que é basicamente o Sudeste e o Centro-Oeste do País.

A preocupação com educação também se estende para o público interno. No final de 1998, o grupo Algar criou sua universidade corporativa, chamada UniAlgar, cujo modelo de gestão já é referência nacionalmente. São ministrados programas de treinamento e capacitação, garantindo a aprendizagem contínua dos 9.500 associados do grupo.

Tais práticas administrativas resultaram em conhecimentos importantes, entre eles sua eleição por quatro vezes consecutivas, pela revista Exame, como uma das “Melhores Empresas para Você Trabalhar” no Brasil, sendo que nos últimos dois anos foi qualificada entre as 10 Melhores.

Sala das Sessões em, 26 de janeiro de 2004. – Senador **Aelton Freitas**.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – A Presidência encaminhará o voto de congratulações à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – O Sr. Senador Valmir Amaral enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, por diversos motivos, é evidente que a generalizada dependência dos combustíveis fósseis que caracteriza o mundo contemporâneo não pode perdurar indefinidamente.

Em primeiro lugar, é preciso ter em conta a realidade pura e simples de que o petróleo e o carvão mineral acabarão um dia. Além disso, existe a questão cada vez mais preocupante do impacto ambiental provocado pela queima desse tipo de combustível. É óbvio que a capacidade da atmosfera terrestre de absorver e reprocessar as monumentais emissões de dióxido de carbono e outros poluentes está bem próxima de se esgotar, já se podendo perceber alguns dos efeitos deletérios dessas descargas sobre o equilíbrio ambiental planetário.

Desde há muito se sabe, portanto, que é necessário buscar alternativas para substituir os combustíveis fósseis. A primeira crise do petróleo, em 1973–1974, induziu o Brasil a buscar uma opção genuinamente nacional, que acabou por se mostrar muito exitosa. Em 1975, o álcool combustível produzido a partir de cana-de-açúcar virou programa governamental, com o nome de Proálcool, e passou a abastecer milhões de carros em todo o País. E, nas quase três décadas decorridas desde então, a pesquisa de novos combustíveis nunca estacionou.

Entre os projetos que tiveram continuidade, em face dos resultados promissores que apresentaram, está o do biodiesel, produto de uma reação química gerada pela mistura de óleo vegetal e álcool de cana. E temos, aqui no Brasil, um dos maiores pesquisadores do assunto no mundo, refiro-me ao Engenheiro químico e especialista em combustíveis, Hernani Sá, brasileiro que desejo homenagear por ser o pioneiro na produção do DENDIESEL – biodiesel produzido a partir do óleo de dendê, e que vê com preocupação o esgotamento das reservas brasileiras de petróleo entre 13 e 17 anos seguido de problemas gerando uma grave crise econômica nacional. Acredita o ilustre engenheiro que tal situação poderá ser evitado através do seu projeto de ESEL, ajudando os agricultores e gerando milhares de empregos no Brasil.

Após o 1º choque do petróleo, Hernani Sá, foi trabalhar no Instituto Nacional de Tecnologia objetivando a busca de substitutos nacionais para os derivados de petróleo, que tiveram seus preços, assustadoramente aumentados com a criação da OPEP, desequilibrando a economia mundial.

Foi, como chefe do Grupo de Engenharia da Fundação de Tecnologia Industrial (FTI) do Instituto Nacional de Tecnologia (INT), responsável pelo “Levantamento das Necessidades Atuais e Futuras da Substituição de Matérias Primas e Insumos Básicos

de origem fóssil por produtos Naturais Renováveis”, que identificou os óleos vegetais como a melhor alternativa para a substituição dos derivados do petróleo.

Em 1979, publicou no Boletim informativo do INT, de circulação internacional, e na revista ENERGIA o Trabalho: “Diagnóstico da viabilidade técnica de utilização dos óleos vegetais brasileiros como combustíveis e lubrificantes”.

Em 1981, apresentou no VI Simpósio Anual da Academia de Ciências do Estado de São Paulo, trabalho de sua autoria: “Emprego dos óleos vegetais não modificados em substituição ao Óleo Diesel”.

Em 1982, elaborou o Relatório Final: “Estudo de óleos vegetais como substitutos de derivados de petróleo”. Após este trabalho, foram intensificados os estudos sob sua responsabilidade, no INT, com o objetivo de constatar o que foi pesquisado sobre óleos e gorduras, animais e vegetais, desde o final do século 19 até o final do século 20. Foram feitas exaustivas determinações em laboratório de combustíveis e lubrificantes do INT e em motores de bancada, no Centro Tecnológico Aeroespacial -CTA, comparando os óleos vegetais com o óleo diesel.

A Alternativa de utilizar-se produtos vegetais para a produção de combustível, além da cana-de-açúcar, pareceu tão viável que se discutiu muito em diversos eventos nacionais, congressos, seminários etc. e foi então lançado pelo governo, o Programa Nacional de Óleos Vegetais - Pro-Óleo, para em complementação ao Proálcool substituir o petróleo importado e reduzir o impacto dos dois “choques do petróleo” (1973 e 1979) na economia do país. Contudo em 1982 o Pro-Óleo foi engavetado por motivos não explicados à época.

O Engenheiro Hernani Sá não conformado, pois era a grande oportunidade para o Brasil tornar-se auto-suficiente e exportador de combustíveis; com mercado praticamente ilimitado e tecnologia acessível sem equipamentos especiais e gerar oportunidades para todos, por conta própria ou com empregos dignos, articulou, com as instituições: FTI, Ceplac (órgão do Ministério da Agricultura), SULBA (Cia. de Transportes Coletivos baiana), Volkswagen do Brasil, Instituto Nacional de Metrologia - INMETRO, Secretaria de Tecnologia Industrial - STI, um projeto, vetor para um grande programa nacional. O projeto DENDIESEL.

Hernani Sá, trouxe em função das suas articulações, para a Bahia, para ser conduzidos pela Ce-

plac, os recursos necessários para o referido projeto, ou seja – um posto de abastecimento, além de um veículo Parati – cedido pela Volkswagen e um ônibus da SULBA e apoio tecnológico do INT, INMETRO e Volkswagen, era o ano de 1984.

Contudo, as promessas de recursos oferecidas ao projeto não foram cumpridas, mas o engenheiro Hernani Sá não desanimou e continuou ao longo dos anos a divulgação do seu ideal de ver o Brasil uma grande potência pacífica através das “Energias Alternativas Renováveis”, tendo como carro chefe, os biocombustíveis, especialmente os óleos e gorduras animais e vegetais em suas diversas formas. E é hoje um dos maiores conhecedores do assunto no mundo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a finalidade do DENDIESEL é ocupar o lugar do óleo diesel usado por ônibus e caminhões. Esse subproduto do petróleo lança na atmosfera, além do dióxido de carbono, partículas de enxofre danosas ao meio ambiente e aos pulmões humanos.

Todos sabemos das pressões observadas em nível internacional para que sejam reduzidas as emissões de poluentes. Muitos países do mundo são signatários do chamado Protocolo de Quioto, que define limites para as emissões de dióxido de carbono, cuja principal causa é a queima do petróleo e seus derivados. Essa conjuntura tem acelerado, logicamente, a corrida por novos combustíveis.

Na Europa, o biodiesel vem sendo utilizado faz já oito anos. Em alguns países, como na França e na Suécia, ele serve como aditivo ao óleo diesel. Em outros, como na Alemanha, Áustria e Itália, é usado para colocar um motor em marcha. Só a Alemanha consome 300 mil toneladas anuais de óleo biológico. E o Engenheiro Hernani Sá tem o projeto do DENDIESEL pronto e acabado, já disponível para ser amplamente utilizado no País.

Técnicos do Instituto de Motores Independente de São Paulo explicam que, misturado numa proporção de 5% ao óleo diesel, o combustível vegetal ajuda a reduzir a emissão de partículas de enxofre, além de amenizar o desgaste do motor, graças a seu efeito lubrificante.

Para fabricar o biodiesel, é possível usar uma ampla variedade de grãos. Os mais eficazes são soja, girassol e colza, cultivo muito disseminado na França e perfeitamente adaptável ao clima mais frio do Sul do Brasil. Outras plantas também apropriadas são os coqueiros e palmeiras típicas do clima tropical, as quais

produzem diversas variedades de óleos vegetais, entre os quais se destaca o dendê, que é a grande pesquisa do Dr. Hernani Sá, daí DENDIESEL.

O agrônomo alemão Dietrich Schmidt, estudioso dos combustíveis brasileiros desde a década de 60, lembra o óbvio: “Nenhuma outra terra do mundo tem potencial igual ao do Brasil para a produção de óleo vegetal”.

De fato, o Brasil apresenta condições competitivas superiores às de qualquer outro país no segmento de produção de combustíveis renováveis. De um lado, temos as condições geográficas favoráveis, representadas pela abundância de terras férteis e pelo clima ameno. De outro, temos o domínio tecnológico da produção e utilização do álcool combustível e toda uma indústria voltada para a produção de equipamentos para o segmento sucro-alcooleiro. E, repito, temos a tecnologia do DENDIESEL amplamente estudada e preparada para ser implantada.

Ao visitar São Paulo, três anos atrás, fazendo sua pregação em defesa do uso do biodiesel, o Sr. Dietrich Schmidt informou que a meta de seu País era substituir, em dez anos, 5% do combustível diesel por biodiesel. E declarou o interesse alemão em adquirir o excedente da produção de óleo vegetal brasileiro para abastecer os mil postos de combustíveis alemães que já ofereciam biodiesel.

Os motores a óleo vegetal possibilitam uma redução de 11% a 53% na emissão de monóxido de carbono, e os gases resultantes da combustão do óleo vegetal não contêm dióxido de enxofre, um dos principais agentes causadores da chamada chuva ácida. É importante também ressaltar que, além de ajudar na redução da descarga de poluentes na atmosfera, a utilização do biodiesel contribuiria para amenizar outros problemas: o incentivo ao aumento da produção agrícola, decorrente da demanda pelo combustível vegetal, concorreria para a fixação do homem no campo, para a absorção de mais mão-de-obra pelo setor primário da nossa economia.

E, além da utilização para alimentar motores de ônibus e caminhões, o DENDIESEL poderia ser usado, também, em geradores de energia ou, até mesmo, nos motores de barcos que cruzam os rios no meio da floresta amazônica.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meses atrás, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Petrobrás e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) fir-

maram um Protocolo de Intenções com a finalidade de estabelecer ações conjuntas que resultem no desenvolvimento do setor sucro-alcooleiro do País, visando a atender a potencial demanda interna e externa de etanol e de outros biocombustíveis.

O objetivo do Protocolo é o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva, incluindo o plantio de cana-de-açúcar, a produção, a distribuição – aí incluídos a estocagem e o transporte – e a revenda de etanol. Também serão estimulados a pesquisa de novas tecnologias e o aumento da competitividade da indústria de máquinas, equipamentos, materiais e serviços.

Para substituição da gasolina, o etanol apresenta-se como principal alternativa, seja mediante o emprego em veículos movidos exclusivamente a álcool, seja mediante a mistura à gasolina – como já ocorre no Brasil, em proporções de até 25% –, seja, ainda, pela utilização em veículos bicompostíveis, que foram recentemente lançados no País, funcionando com qualquer desses combustíveis, ou com qualquer mistura deles dois.

Já como alternativa ao óleo diesel, o biodiesel, aparece como substituto viável, apresentando diversas vantagens, como já tivemos oportunidade de mencionar.

Com uma produção de quase 13 bilhões de litros por ano, o Brasil é o maior produtor de álcool do planeta. Nosso potencial para a produção de biodiesel é gigantesco. Com a adoção das políticas corretas, poderemos tornar este País um importantíssimo supridor mundial de combustíveis renováveis. Os países industrializados, por seu turno, são grandes compradores em potencial desse tipo de combustível.

Por tudo isso, o Governo Federal deve emprestar decidido apoio às pesquisas e aos projetos voltados para o incremento e a melhoria da produção de combustíveis biológicos no País, em especial o DENDIESEL, por ser derivado do dendê, que encontra no Brasil um clima adequado e próprio para seu crescimento e ter, ainda, uma relação de produção superior à maioria dos outros vegetais utilizados na produção do biodiesel.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encer-

rar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1–

Projeto de Decreto Legislativo nº 855, de 2003
(Nº 3.004/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Assistência Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para Prevenção, Investigação e Combate a Infrações Aduaneiras, celebrado em Brasília, em 12 de dezembro de 2001.

Parecer nº 8/2004-CRE, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável.

Discussão, em turno único.

– 2–

Projeto de Decreto Legislativo nº 856, de 2003
(Nº 683/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para o Prosseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos Estados Partes do Mercosul e da República da Bolívia, assinado em Brasília, em 5 de dezembro de 2002.

Parecer nº 9/2004-CRE, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho, favorável.

Discussão, em turno único.

– 3–

Projeto de Decreto Legislativo nº 857, de 2003
(Nº 684/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Decisão CMC nº 17/02, do Conselho do Mercado Comum, que altera a Decisão CMC nº 1/98, que regulamenta o uso dos símbolos do MERCOSUL, aprovada por ocasião da XXIII Reunião do referido órgão do MERCOSUL, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.

Parecer nº 10/2004-CRE, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo, favorável.

Discussão, em turno único.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 24 minutos.*)

(OS 10309/04)

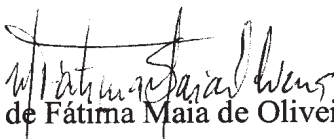
SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia 22 do mês de janeiro de dois mil e quatro, quinta-feira, às 14:30 horas, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, no Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 147**, adotada em 15 de dezembro de 2003 e publicada no dia 16 do mesmo mês e ano, que “**Institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior e dispõe sobre a avaliação do ensino superior**”, com a presença dos Senhores Deputados Mendes Ribeiro Filho, Átila Lira e Bonifácio de Andrada, *a reunião não foi realizada por falta de quorum*.

Para constar, foi lavrado o presente TERMO, que vai assinado por mim, Maria de Fátima Maia de Oliveira (matrícula 2839), Chefe do Serviço de Apoio às Comissões Mistas, em exercício (Senado Federal).

Sala das Comissões, 22 de janeiro de 2004


Maria de Fátima Maia de Oliveira


Serviço de Apoio às Comissões Mistas

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia vinte e dois do mês de janeiro de dois mil e quatro, quinta-feira, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da **Comissão Mista** destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória Nº 150, de 2003**, adotada em 16 de dezembro de 2003 e publicada no dia 17 do mesmo mês e ano, que “**Altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001 e dá outras providências**”, com a presença do Senhor Deputado Mendes Ribeiro Filho, **a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

Para constar, foi lavrado o presente TERMO, que vai assinado por mim, Maria de Fátima Maia de Oliveira (matrícula 2839), Chefe do Serviço de Apoio às Comissões Mistas, em exercício, (Senado Federal).

Sala das Comissões, 22 de janeiro de 2004


Maria de Fátima Maia de Oliveira
Serviço de Apoio às Comissões Mistas

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 070 , DE 2004**

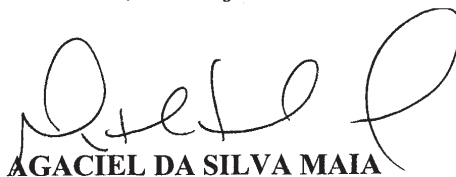
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e pelo Ato n.º 169, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 000543/04-7,

RESOLVE

Art. 1.º - Fica designado o servidor LUIZ FERNANDO DE MELLO PEREZINO, matrícula 5228, ocupante do cargo efetivo de Consultor de Orçamentos, para substituir o Consultor-Geral de Orçamentos, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, nos seus impedimentos e afastamentos eventuais.

Art. 2.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 23 de janeiro de 2003.



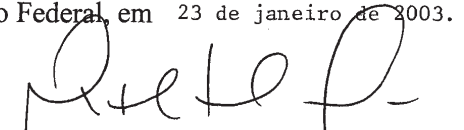
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 071 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000777/04-8,

R E S O L V E exonerar **JOSÉ ROBERTO AMBRÓSIO**, matrícula n.º 34977, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-5 do Gabinete do Senador Álvaro Dias e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 23 de janeiro de 2003.



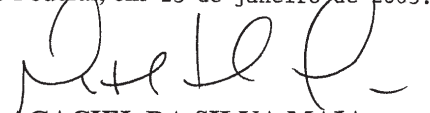
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 072 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000776/04-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **OCLECIO DE FREITAS MENEZES**, matrícula n.º 34882, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Álvaro Dias, a partir de 01 de fevereiro de 2004.

Senado Federal, em 23 de janeiro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 073 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000755/04-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA MARTA CRUZ DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Senado Federal, em 23 de janeiro de 2003.



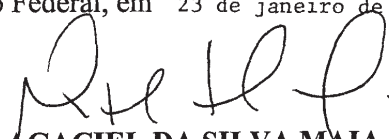
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 074 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000750/04-2,

R E S O L V E exonerar **VÂNIA CRISTINA VIEIRA**, matrícula n.º 34760, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-6 do Gabinete do Senador Eduardo Azeredo e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 23 de janeiro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 075 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 000696/04-8,

RESOLVE dispensar o servidor **VICENTE ROBERTO SGRECCIA**, matrícula 2923, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Supervisor Taquigráfico, Símbolo FC-7, da Subsecretaria de Taquigrafia, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Taquígrafo Legislativo, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, a partir de 21 de janeiro de 2004.

Senado Federal, 23 de janeiro de 2004.



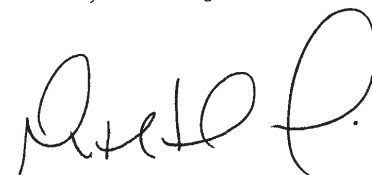
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 076 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000725/04-8,

RESOLVE dispensar a servidora ANA LUIZA RIBAS MARIZ DE BARROS, matrícula 5384, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Taquígrafo Legislativo, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Taquigrafia, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Revisor Taquigráfico, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 21 de janeiro de 2004.

Senado Federal, 23 de janeiro de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 077 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000695/04-1,

RESOLVE dispensar a servidora ADORILIA DE LOURDES BATISTA, matrícula 4989, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Revisor Taquigráfico, Símbolo FC-7, da Subsecretaria de Taquigrafia, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Supervisor Taquigráfico, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 21 de janeiro de 2004.

Senado Federal, 23 de janeiro de 2004.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 078 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000188/04-2,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ISABEL FLECHA DE LIMA**, matrícula n.º 31.778, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Antonio Carlos Magalhães, a partir de 15 de janeiro de 2004.

Senado Federal, em 26 de janeiro de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 079 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000815/04-7,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LUCIANA MARIANO**, matrícula n.º 34780, do cargo, em comissão, de Assitente Parlamentar, AP-5 do Gabinete da Liderança do PT.

Senado Federal, em 26 de janeiro de 2004.



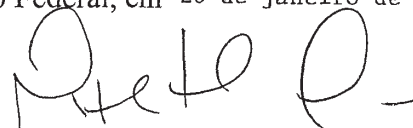
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 080 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000830/04-6,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **RENATA SILVA OLIVEIRA**, matrícula n.º 33141, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4 do Gabinete da Primeira Secretaria, a partir de 21 de janeiro de 2004.

Senado Federal, em 26 de janeiro de 2004.



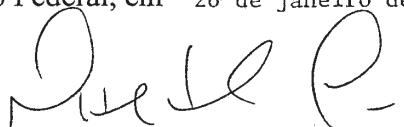
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 081 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000829/04-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANE GUALBERTO FREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 26 de janeiro de 2004.



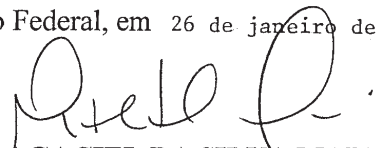
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 082 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000813/04-4,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ROGÉRIO PRINCIVALLI DA COSTA CAMPOS**, matrícula n.º 34853, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 23 de janeiro de 2004.

Senado Federal, em 26 de janeiro de 2004.



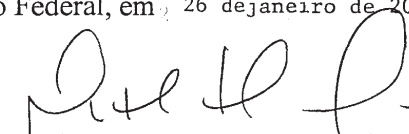
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 083 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000785/04-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUANA DE FÁTIMA RIBEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eurípedes Camargo.

Senado Federal, em 26 de janeiro de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 084 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000818/04-6,

R E S O L V E exonerar **VICENTE MOREIRA DAMACENO**, matrícula n.º 34772, do cargo de Motorista do Gabinete da Liderança do PT e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Tião Viana.

Senado Federal, em 26 de janeiro de 2004.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

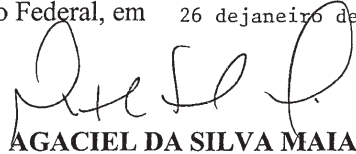
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 085 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000820/04-0,

R E S O L V E exonerar **ANA MARIA GONDIM JACOB**, matrícula n.º 33789, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-2 do Gabinete do Senador Tião Viana e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PT.

Senado Federal, em 26 de janeiro de 2004.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**


Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 086 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000861/04-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PAULO DOS SANTOS FREIRE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Senado Federal, em 26 de janeiro de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 087 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000817/04-0,

R E S O L V E exonerar **KARINY MARIA SANTOS GUEDES**, matrícula n.º 35055, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-6 do Gabinete da Liderança do PT e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Motorista do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 26 de janeiro de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 088 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **MARCELO BRANDÃO DE ARAÚJO**, matrícula nº 3833 e, **LEOMAR DINIZ**, matrícula nº 4234, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 000554/04-9 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de janeiro de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA
PFL - Rodolpho Tourinho
PFL - Antonio Carlos Magalhães
PFL - César Borges

RIO DE JANEIRO
PT - Roberto Saturnino
PL - Marcelo Crivella
PMDB - Sérgio Cabral

MARANHÃO
PMDB - João Alberto Souza
PFL - Edison Lobão
PFL - Roseana Sarney

PARÁ
PMDB - Luiz Otávio
PT - Ana Júlia Carepa
PTB - Duciomar Costa

PERNAMBUCO
PFL - José Jorge
PFL - Marco Maciel
PSDB - Sérgio Guerra

SÃO PAULO
PT - Eduardo Suplicy
PT - Aloizio Mercadante
PFL - Romeu Tuma

MINAS GERAIS
PL - Aelton Freitas
PSDB - Eduardo Azeredo
PMDB - Hélio Costa

GOIÁS
PMDB - Maguito Vilela
PFL - Demóstenes Torres
PSDB - Lúcia Vânia

MATO GROSSO
PSDB - Antero Paes de Barros
PFL - Jonas Pinheiro
PT - Serys Slhessarenko

RIO GRANDE DO SUL
PMDB - Pedro Simon
PT - Paulo Paim
PTB - Sérgio Zambiasi

CEARÁ
PSDB - Reginaldo Duarte
PPS - Patrícia Saboya Gomes
PSDB - Tasso Jereissati

PARAÍBA
PMDB - Ney Suassuna
PFL - Efraim Morais
PMDB - José Maranhão

ESPÍRITO SANTO
PPS - João Batista Motta
PMDB - Gerson Camata
PL - Magno Malta

PIAUI
PMDB - Alberto Silva

PFL - Heráclito Fortes
PMDB - Mão Santa

RIO GRANDE DO NORTE
PTB - Fernando Bezerra
PMDB - Garibaldi Alves Filho
PFL - José Agripino

SANTA CATARINA
PFL - Jorge Bornhausen
PT - Ideli Salvatti
PSDB - Leonel Pavan

ALAGOAS
PT - Heloísa Helena
PMDB - Renan Calheiros
PSDB - Teotônio Vilela Filho

SERGIPE
PFL - Renildo Santana
PDT - Almeida Lima
PSB - Antonio Carlos Valadares

AMAZONAS
PMDB - Gilberto Mestrinho
PSDB - Arthur Virgílio
PDT - Jefferson Peres

PARANÁ
PSDB - Alvaro Dias
PT - Flávio Arns
PDT - Osmar Dias

ACRE
PT - Tião Viana
PSB - Geraldo Mesquita Júnior
PT - Sibá Machado

MATO GROSSO DO SUL
PMDB - Juvêncio da Fonseca
PT - Delcídio Amaral
PMDB - Ramez Tebet

DISTRITO FEDERAL
PMDB - Valmir Amaral
PT - Eurípedes Camargo
PFL - Paulo Octávio

TOCANTINS
PSDB - Eduardo Siqueira Campos
PFL - João Ribeiro
PMDB - Leomar Quintanilha

AMAPÁ
PMDB - José Sarney
PSB - João Capiberibe
PMDB - Papaléo Paes

RONDÔNIA
PMDB - Amir Lando
PT - Fátima Cleide
PMDB - Valdir Raupp

RORAIMA
PPS - Mozarildo Cavalcanti
PDT - Augusto Botelho
PMDB - Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)

Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)

Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
Eurípedes Camargo ⁸	DF	2285	3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 19.01.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5256

sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ²	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastou-se do exercício do mandato em 18.11.2003, para tratar de interesses particulares, por 125 dias - RQS 1.168/2003 (DSF de 19.11.2003, página 37785)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Eurípedes Camargo ¹	Bloco/PT	DF	2285
Demóstenes Torres ¹	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko ⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior ⁴

PMDB
Senador Papaléo Paes ⁸
PFL ⁶
Senadora Roseana Sarney (MA) ¹
PT ⁵
Senadora Serys Slhessarenko (MT) ¹
PSDB ⁶
Senadora Lúcia Vânia (GO) ¹
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) ³
PTB ⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS) ⁷⁻⁹
PSB ⁵
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) ²
PL ⁵
Senador Magno Malta (ES) ¹
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) ¹

Atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

⁹ Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato ¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Zulaê Cobra (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 07.11.2003

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	(VAGO) ³	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em dezembro de 2003

Notas:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vaga ocupada, até 04.08.2003, por **CARLOS ROBERTO BERLINCK**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

³ Vaga ocupada, até 23.12.2003, por **PAULO CABRAL DE ARAÚJO**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefone: (61) 311-4561
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: (61) 311-4561

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT - PTB - PSB - PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) ⁽¹¹⁾

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹⁰⁾ Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹¹⁾ Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPLYCY ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> <u>Senador TIÃO VIANA</u> (PT ² - AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPLYCY (PT ² -SP)

Atualizado em 07.11.2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

Ug 020055
Gestão 00001

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 4201-3 conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-X
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinatura dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3772 e (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômico-Financeira/Controle de Assinaturas, com Mourão ou Solange Neto/Waldir



EDIÇÃO DE HOJE: 94 PÁGINAS